



MONITORIZAÇÃO AGROMETEOROLÓGICA E HIDROLÓGICA

31 de janeiro de 2018

Ano Hidrológico 2017/2018

Relatório do Grupo de Trabalho de assessoria técnica à

Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca

Índice

1. Nota Introdutória	3
2. Situação Meteorológica em janeiro de 2018.....	5
I. Temperatura do ar em janeiro	5
II. Precipitação em janeiro	7
III. Precipitação no ano hidrológico	8
IV. Teor de Água no Solo em janeiro	10
V. Índice de Seca PDSI	11
VI. Índice de seca SPI.....	15
VII. Cenários de evolução da Seca	17
VIII. Previsão mensal do Centro Europeu de Previsão do Tempo a Médio Prazo (ECMWF)	18
3. Disponibilidades hídricas armazenadas nas Albufeiras	19
4. Águas Subterrâneas.....	26
5. Reservas de Água nas Albufeiras de Aproveitamento Hidroagrícola	29
6. Agricultura e Pecuária	35
7. Outras Informações.....	39
I. Disponibilidades hídricas	39
II. Medidas da CPPMAES.....	47
III. Medidas ao nível da atuação no seio do Grupo de Trabalho	49
IV. Medidas de mitigação e apoio no setor agrícola	50
ANEXOS	55
Anexo I - Variação da Área Cultivada em relação à campanha anterior (%) - Campanha 2017/2018	55
Anexo II - Variação da Produção em relação à campanha anterior (%) - Campanha 2016/2017 e 2017/18	55
Anexo III - Folheto informativo com orientações ao setor apícola para atuação em situação de carência de alimentação e de água para as abelhas.....	56

1. Nota Introdutória

O presente relatório foi elaborado com o objetivo de assegurar uma Monitorização Agrometeorológica e Hidrológica, para que fique reunida a informação suficiente para avaliação da situação de seca no país, dotando os decisores políticos de elementos suficientes para responderem, em tempo útil e com rigor, a essa ocorrência.

Esta monitorização consta da compilação dos parâmetros acompanhados pelo Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P. (IPMA), pelo Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP), em ligação com as Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP) e com Instituto Nacional de Estatística (INE), pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), como se seguem:

Tabela 1: Resumo da monitorização em situação normal

Parâmetro	Organismo	Periodicidade
Precipitação e Teor de Água no Solo	IPMA	Mensal
Agricultura de Sequeiro e Pecuária Extensiva	GPP/DRAP/INE	Mensal
Armazenamento de Água Subterrânea	APA	Mensal
Armazenamento de água superficial (albufeiras)	APA	Mensal
Armazenamento nas Albufeiras dos Aproveitamentos Hidroagrícolas – Grupo 2 e algumas do Grupo 3	DGADR	Semanal

A presente abordagem está prevista no Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca, aprovado pela Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (CPPMAES), criada pela Resolução de Conselho de Ministros nº 80/2017, de 7 de junho.

Este diploma criou também um Grupo de Trabalho com o objetivo de assessorar tecnicamente a Comissão, que tem, de entre outras, a função de:

“Produzir relatórios mensais de monitorização dos fatores meteorológicos e humidade do solo, das atividades agrícolas e dos recursos hídricos, cuja periodicidade deve ser intensificada quando seja detetada uma situação de anomalia ou declarada uma situação de seca, sendo que nestas situações os relatórios passam também a incluir as estimativas de consumo ou utilização pelas principais atividades, nomeadamente o abastecimento público, a agricultura, a produção de energia e indústria com maiores consumos de água.”

Nos relatórios poderão ser sempre incluídos temas que seja oportuno dar a conhecer, sejam de caracterização das condições, sejam de divulgação de recomendações ou de decisões técnicas e políticas assumidas.

Essas vertentes enquadrar-se-ão no referido Plano, que, apresentando-se estruturado em três eixos de atuação—Prevenção, Monitorização e Contingência –, contempla temas como a determinação de limiares de alerta, a definição de metodologias para avaliação do impacto dos efeitos de uma seca, a conceção de manuais de procedimentos para

padronização da atuação, a disponibilização de planos de contingência e a preparação prévia de medidas para mitigação dos efeitos da seca.

Este relatório de monitorização agrometeorológica e hidrológica, relativo a 31 de janeiro do ano em curso, é o décimo quarto produzido no contexto legislativo referido, o oitavo do ano hidrológico em curso (2017/2018).

2. Situação Meteorológica em janeiro de 2018

I. Temperatura do ar em janeiro

O primeiro mês de 2018 classificou-se como um mês quente em Portugal continental. O valor médio da temperatura média do ar em janeiro (9,04 °C) foi superior ao normal em +0,23°C. Valores da temperatura média superiores aos deste mês ocorreram em 35% dos anos, desde 1931 (Figura 1).

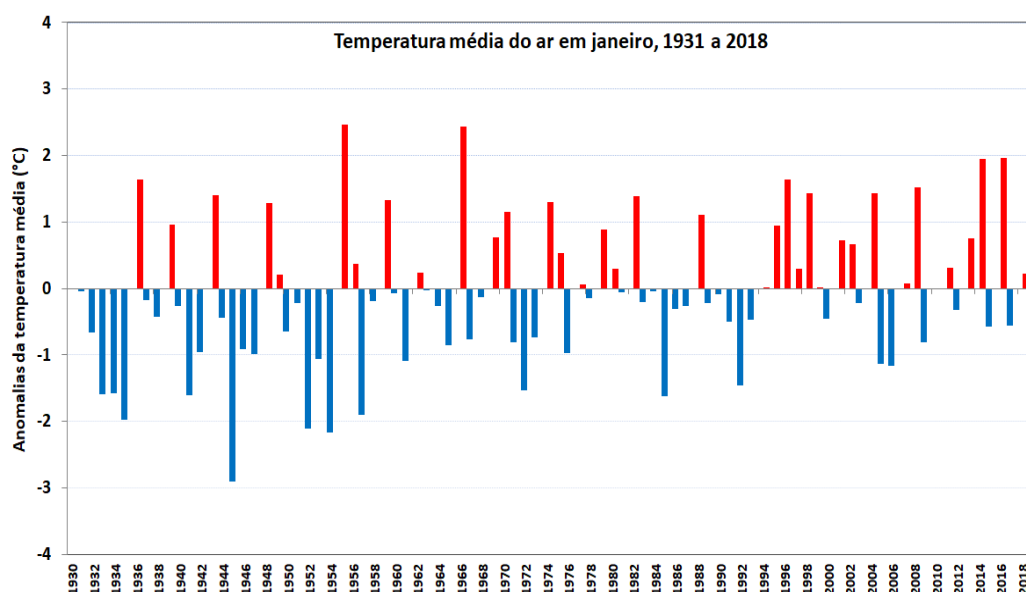


Figura 1 – Anomalias da temperatura mínima do ar em relação aos valores médios no período 1971-2000, no mês de janeiro, em Portugal continental (Fonte: IPMA).

O valor médio da temperatura máxima do ar, 13,79°C, foi superior ao normal em +0,70°C. Valores da temperatura máxima superiores aos deste mês ocorreram em 20% dos anos, desde 1931. O valor médio da temperatura mínima do ar (4,30 °C), foi inferior ao normal em -0,24 °C (Figura 2).

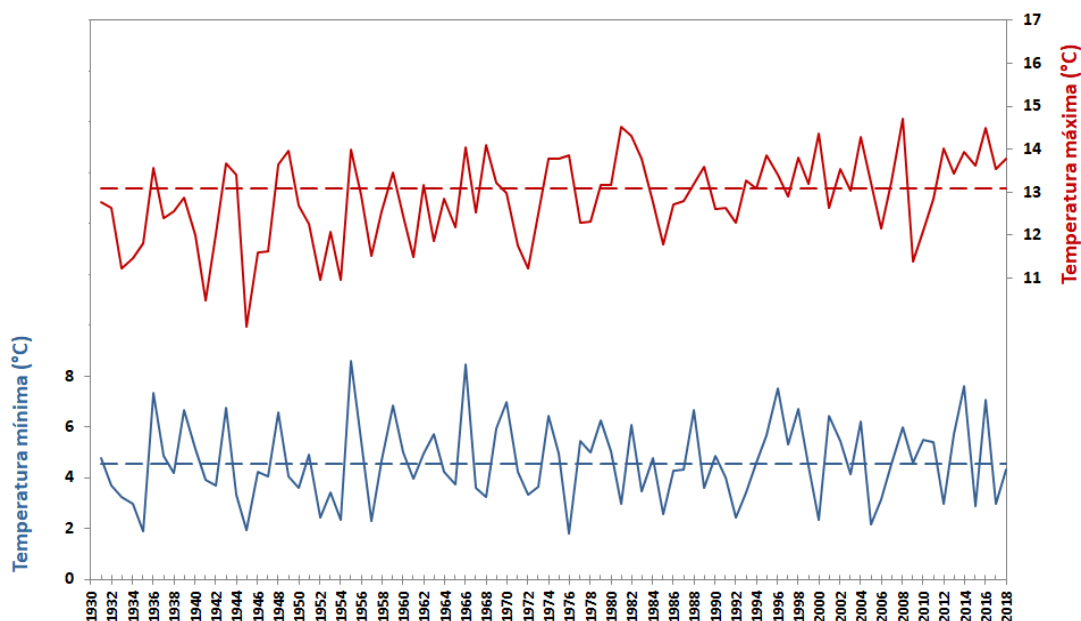


Figura 2 – Variabilidade da temperatura máxima e mínima do ar no mês de janeiro, em Portugal continental. (Linhas a tracejado indicam a média no período 1971-2000) (Fonte: IPMA).

Durante o mês os valores de temperatura média do ar apresentaram uma grande variabilidade. No início, os valores foram superiores ao normal, em particular o da temperatura mínima do ar, seguindo-se uma descida acentuada até dia 9. Entre dias 10 e 15 os valores foram quase sempre inferiores ao normal, sendo de realçar a temperatura mínima no dia 15, muito inferior ao normal. Nos períodos de 16 a 22 e de 19 a 31, os valores também foram superiores ao normal e entre 24 e 27, estiveram abaixo do valor médio.

O maior valor, média em Portugal continental, da temperatura máxima registou-se no dia 29 (17,8°C), com um desvio de +4,7°C em relação ao normal. O menor valor da temperatura mínima registou-se no dia 15 (0,3°C), com um desvio de -4,2°C em relação ao normal (Figura 3).

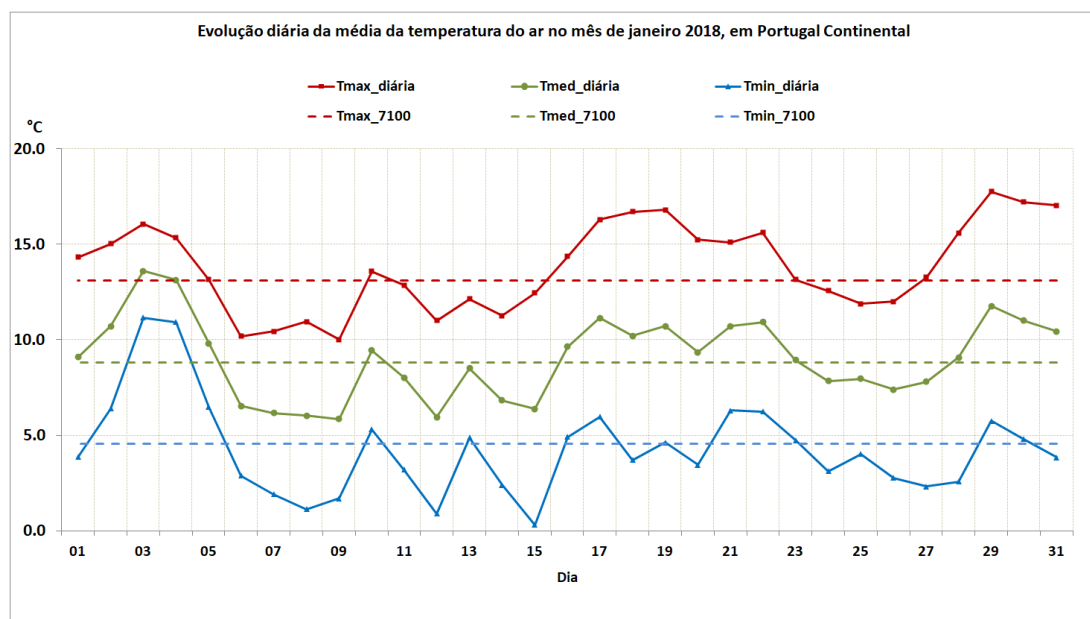


Figura 3 – Evolução diária da temperatura (máxima, média e mínima do ar) do ar de 1 a 31 de janeiro de 2018 em Portugal continental e respetivos valores médios 1971-2000 (Fonte: IPMA).

II. Precipitação em janeiro

Em janeiro o valor médio da quantidade de precipitação, em Portugal continental, foi cerca de 65% do normal, classificando-se este mês como seco (Figura 4). Nos últimos 15 anos, apenas em 5 anos o valor médio da quantidade de precipitação em janeiro foi superior ao valor normal (1971-2000). De referir que é o 10º mês consecutivo com valores de precipitação mensal inferiores ao normal.

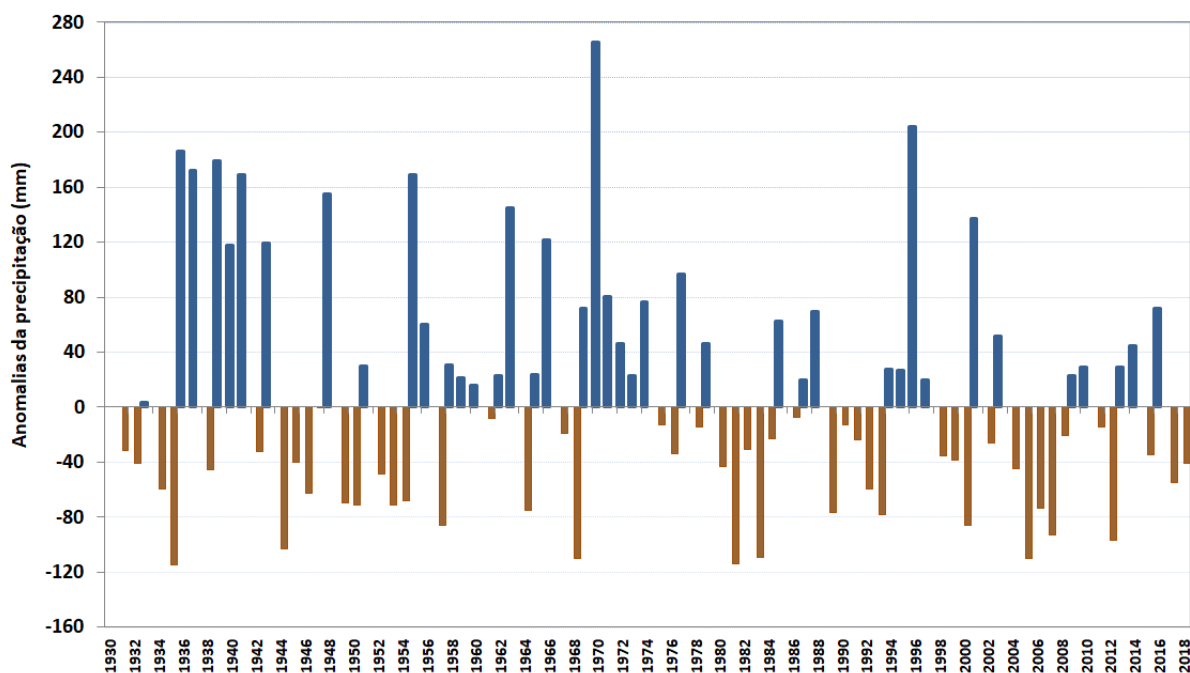


Figura 4 - Anomalias da quantidade de precipitação em relação aos valores médios no período 1971-2000, no mês de janeiro, em Portugal continental (Fonte: IPMA).

Na figura 5, apresenta-se a distribuição espacial da precipitação total e respetiva percentagem em relação à média (1971-2000) em janeiro. O menor valor mensal da quantidade de precipitação ocorreu em Mértola (28,1 mm) e o maior valor em Lamas de Mouro, 257,5 mm (Figura 5 – lado esquerdo).

Em termos espaciais os valores da percentagem de precipitação, em relação ao valor médio no período 1971-2000, foram inferiores ao normal em quase todo o território, com valores de percentagens inferiores a 75% do valor normal em grande parte das regiões.

Os valores da percentagem de precipitação em relação ao valor médio variam entre 40% em Benavila e 131% em Aveiro (Figura 5 – lado direito).

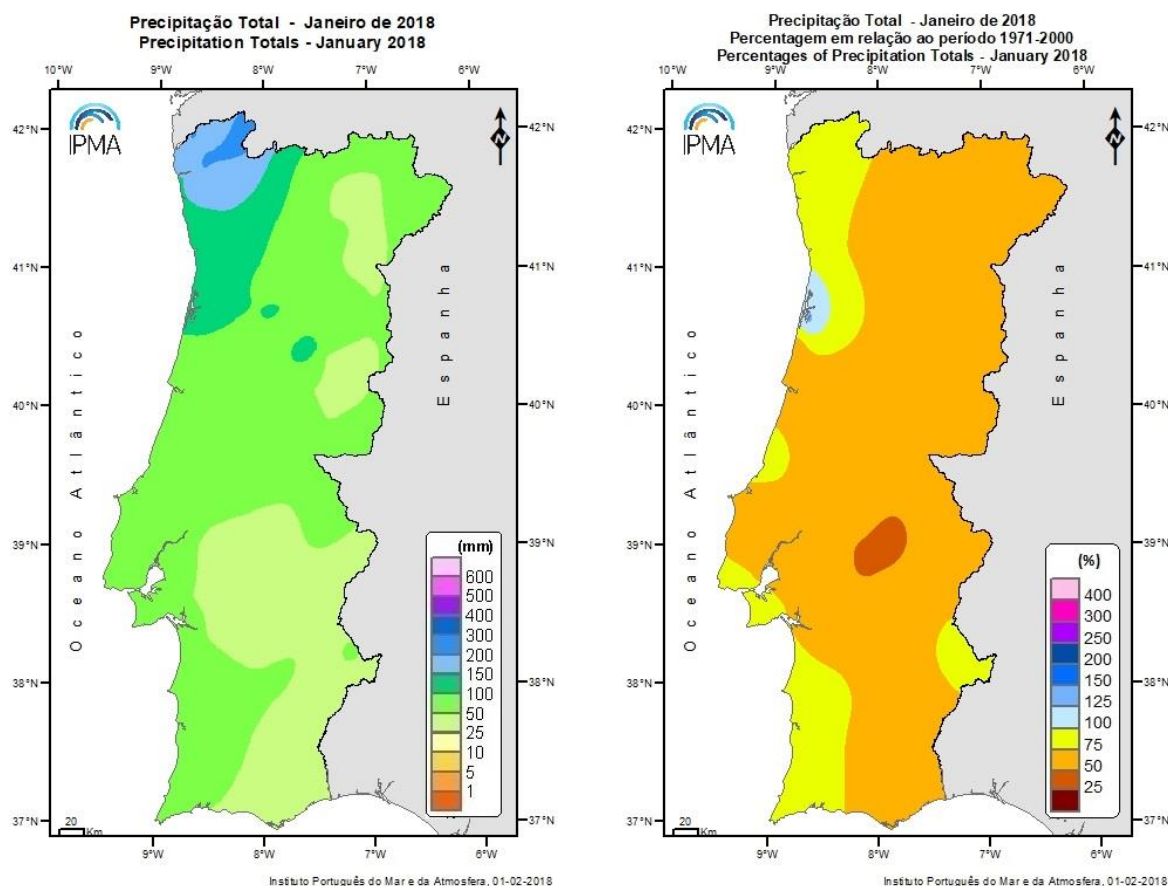


Figura 5 – Distribuição espacial da precipitação total e respetiva percentagem em relação à média em janeiro (Fonte: IPMA).

III. Precipitação no ano hidrológico

O valor médio da quantidade de precipitação no presente ano hidrológico 2017/2018, desde 1 de outubro de 2017 a 31 de janeiro de 2018, foi de 258,2 mm, correspondendo a 73% do valor normal.

Na Figura 6, apresenta-se a evolução dos valores da precipitação mensal no presente ano hidrológico (2017/2018), no ano hidrológico anterior (2016/17) e a precipitação normal acumulada 1971-2000.

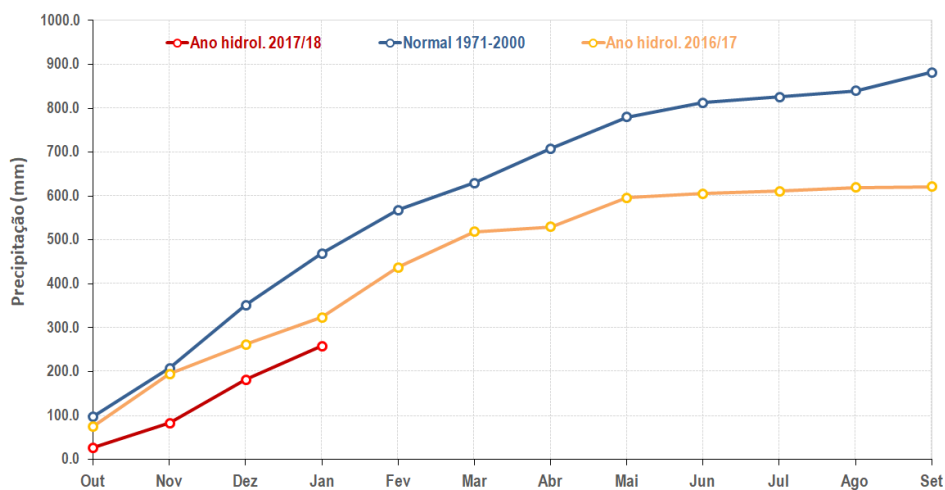


Figura 6 - Precipitação mensal acumulada nos anos hidrológicos 2017/18, 2016/17 e precipitação normal acumulada 1971-2000 (Fonte: IPMA).

Os valores da quantidade de precipitação acumulada no ano hidrológico 2017/2018 são muito inferiores ao normal e variaram entre 32% em Covilhã e 97% em Monção (Figura 7).

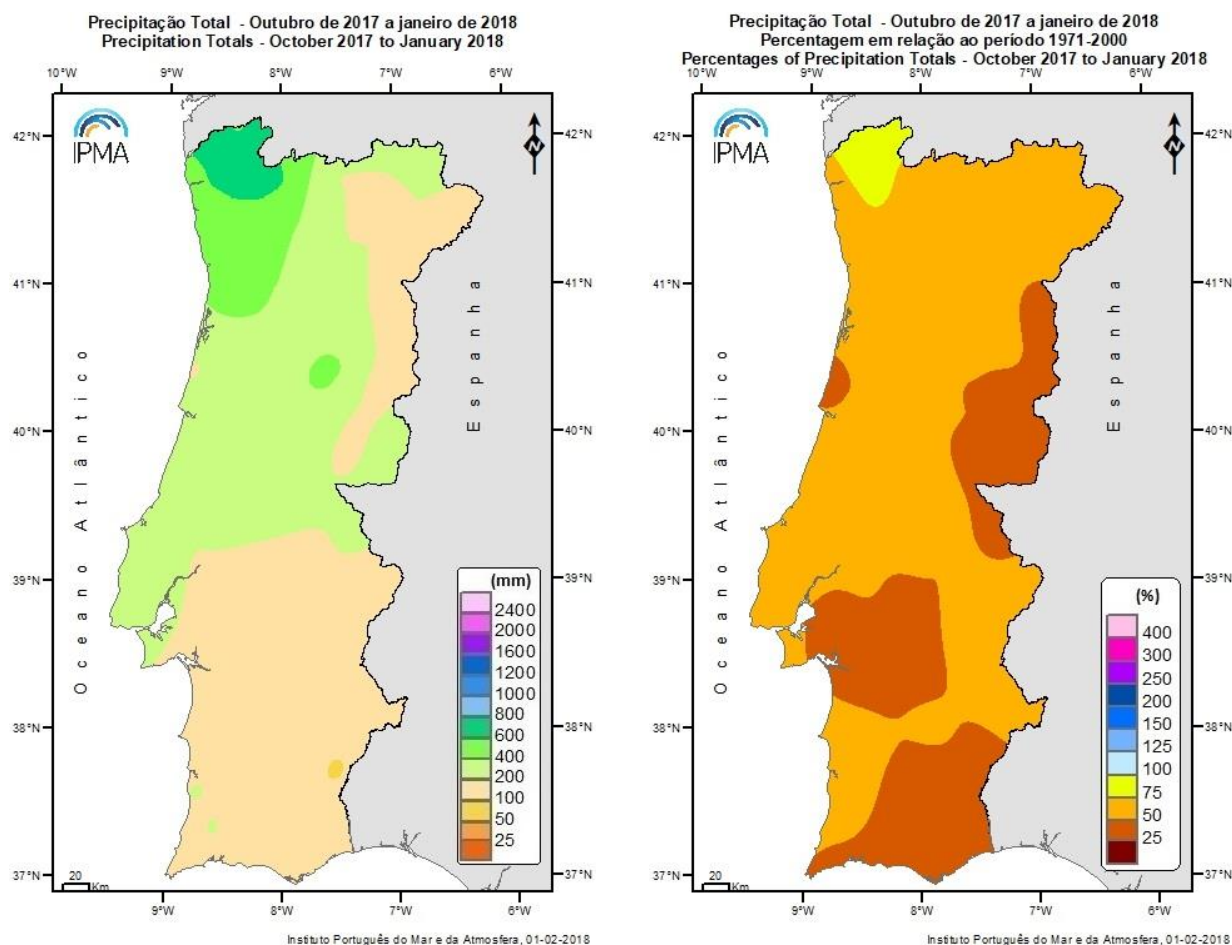


Figura 7 - Precipitação acumulada desde 1 de outubro 2017 (esq.) e percentagem em relação à média 1971-2000 (dir.) (Fonte: IPMA).

Da análise dos valores de precipitação acumulada, em Portugal continental, até final de janeiro de 2018 e comparativamente a iguais períodos desde 1931, verifica-se que considerando o total de:

- 6 meses, foi o 2º período mais seco;
- 12 meses, foi o 3º período mais seco;
- 18 meses, foi o período mais seco;
- 24 meses, foi o 11º período mais seco.

A anomalia negativa da precipitação é como se pode constatar persistente no último ano e meio (desde o verão de 2016, Figura 8) e, neste período, em apenas 3 meses (novembro de 2016, fevereiro e março de 2017) ocorreram valores superiores ao normal.

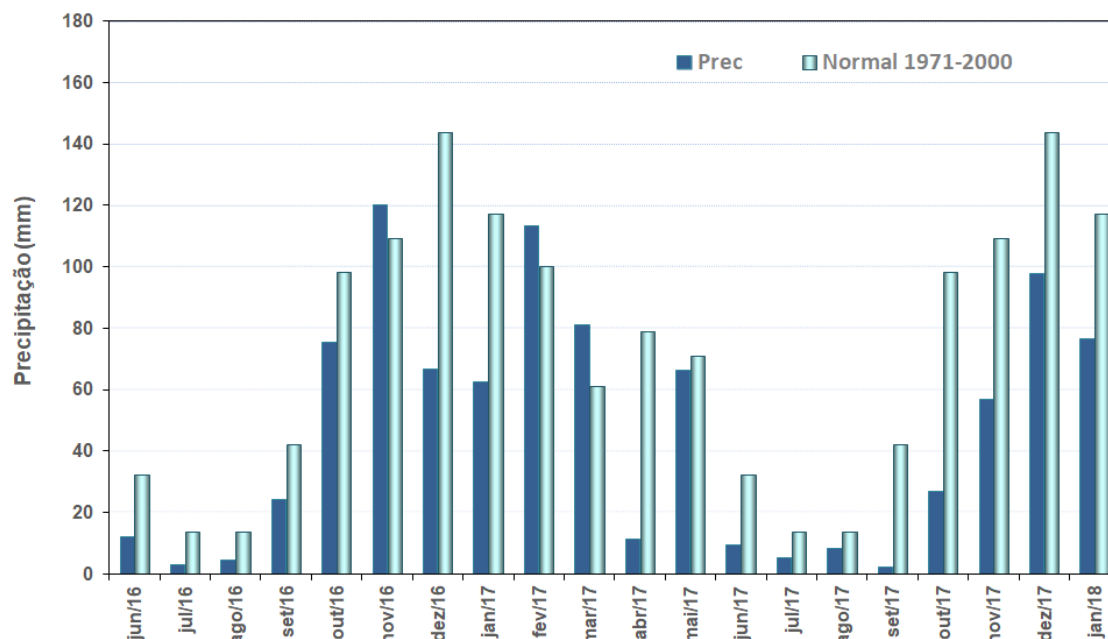


Figura 8 – Precipitação mensal entre junho de 2017 e janeiro de 2018 e respetivos valores médios 1971-2000 (Fonte: IPMA).

IV. Teor de Água no Solo em janeiro

O índice de água no solo (AS), produto *soil moisture index* (SMI) do Centro Europeu de Previsão do Tempo a Médio Prazo (ECMWF), considera a variação dos valores de percentagem de água no solo entre o ponto de emurchecimento permanente (PEP) e a capacidade de campo (CC) e a eficiência de evaporação a aumentar linearmente entre 0% e 100%. A cor laranja escuro quando $AS \leq PEP$, entre o laranja e o azul considera $PEP < AS < CC$, variando entre 1% e 99%, e azul escuro quando $AS > CC$.

De acordo com o índice de água no solo, a 31 de janeiro 2018 (Figura 9 – lado direito) verificou-se, em relação a 31 de dezembro 2017 (Figura 9 – lado esquerdo), um aumento da percentagem de água no solo em todo o território e em particular nas regiões do Norte e Centro, as quais apresentavam valores acima de 60%, sendo mesmo, em algumas áreas do litoral, iguais à capacidade de campo. Em grande parte da região do Sul, os valores de percentagem de água no solo, variam entre 20% e 60%, no entanto ainda se observam valores inferiores a 20% nalguns locais do interior do Alentejo.

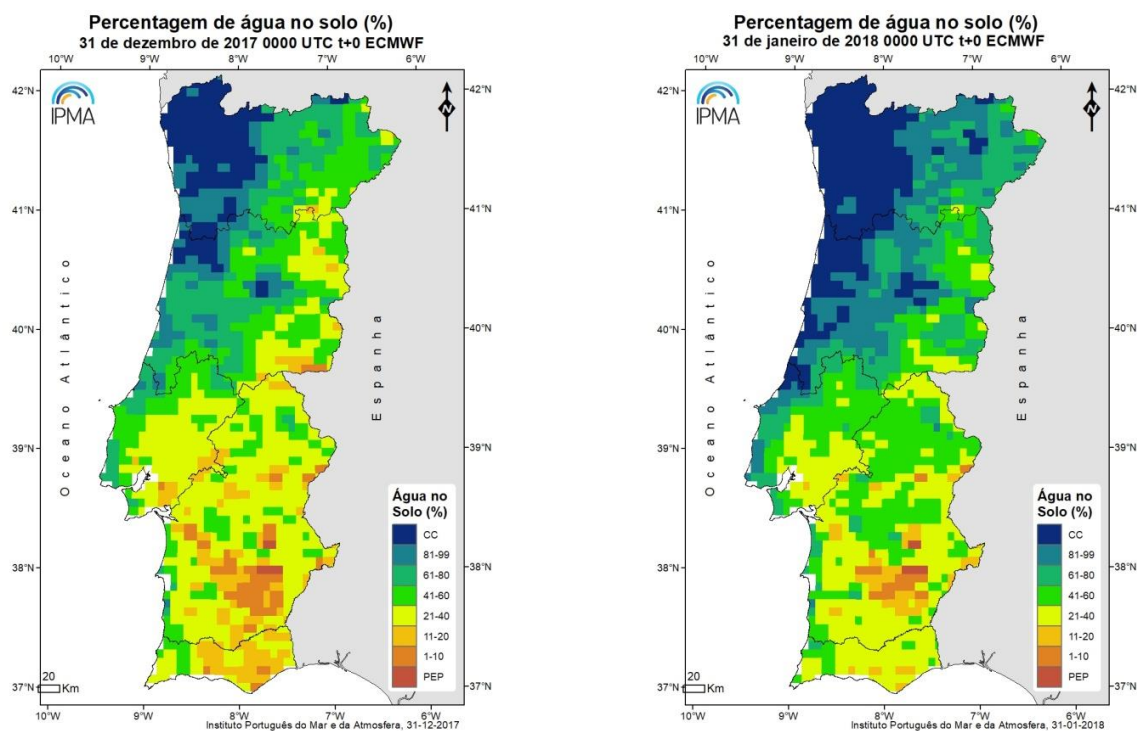


Figura 9 - Percentagem de água no solo (média 0-100 cm profundidade), em relação à capacidade de água utilizável pelas plantas a 31 de dezembro de 2017 (lado esquerdo) e a 31 de janeiro 2018 (lado direito), 00 UTC t+0, ECMWF-HRES (resolução 16 km). Cor laranja escuro: $AS \leq PEP$; entre o laranja e o azul: $PEP < AS < CC$, variando entre 1 % e 99 %; azul-escuro: $AS > CC$. (AS – índice de água no solo; PEP - ponto de emurchecimento permanente; CC - capacidade de campo) (Fonte: IPMA).

V. Índice de Seca PDSI

De acordo com o índice meteorológico de seca PDSI¹, no final do mês de janeiro verificou-se, em relação a 15 de janeiro, um aumento da área em situação de seca severa, em particular nas regiões do interior Norte e Centro (Figura 10). No final deste mês cerca de 56% do território estava em seca severa, 40% em seca moderada e 4% em seca fraca.

¹PDSI - Palmer Drought Severity Index - Índice que se baseia no conceito do balanço da água tendo em conta dados da quantidade de precipitação, temperatura do ar e capacidade de água disponível no solo; permite detetar a ocorrência de períodos de seca e classifica-os em termos de intensidade (fraca, moderada, severa e extrema).

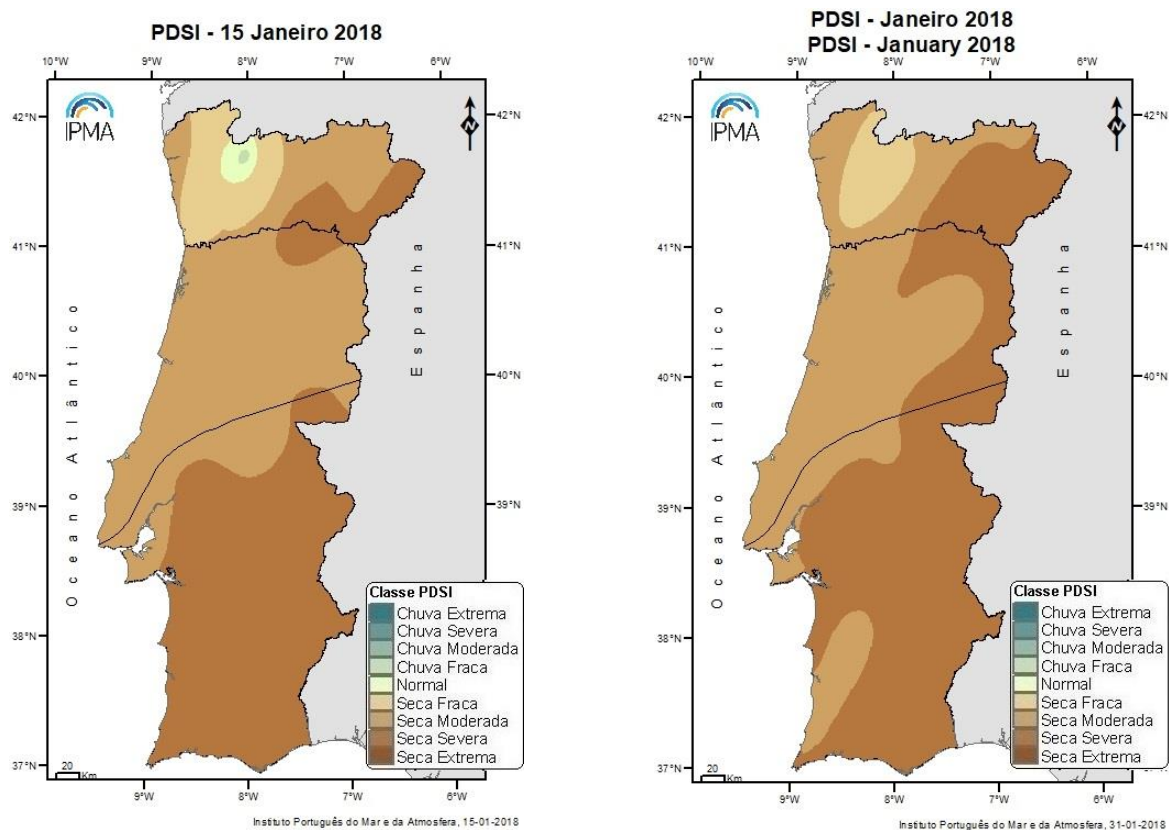
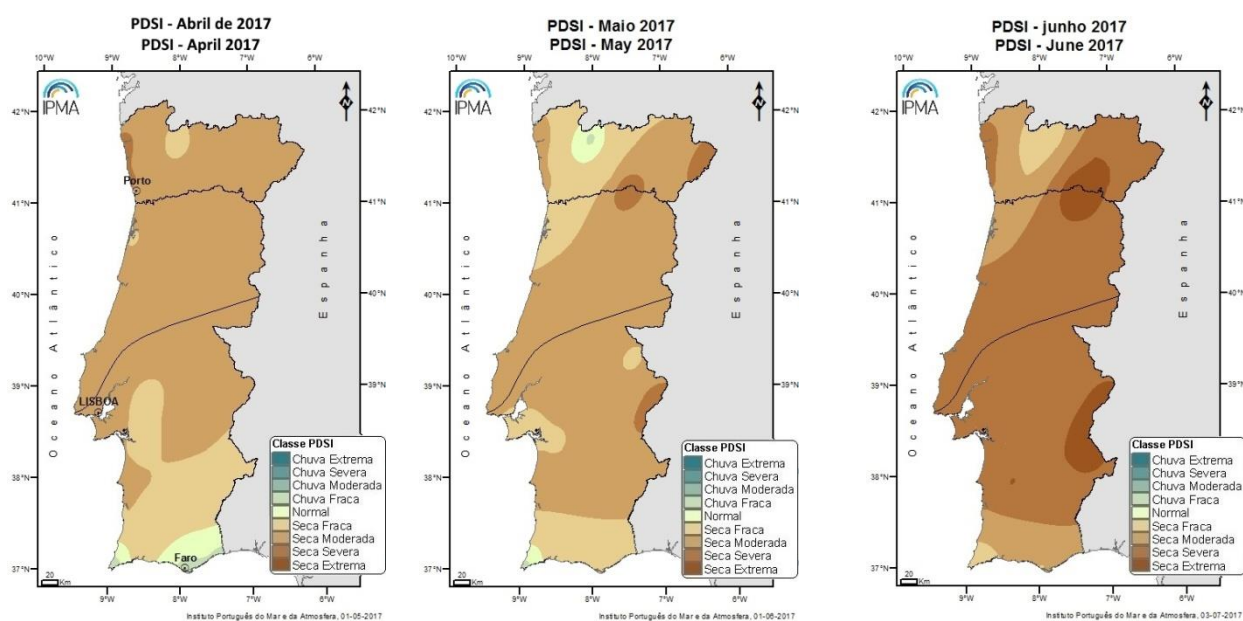


Figura 10 – Distribuição espacial do índice de seca meteorológica em 15 e 31 de janeiro 2018 (Fonte: IPMA).

Na Figura 11 apresenta-se a distribuição espacial do índice de seca meteorológica de abril a dezembro de 2017 e na Tabela 2 apresenta-se a percentagem do território nas várias classes do índice PDSI (abril 2017 a janeiro 2018).



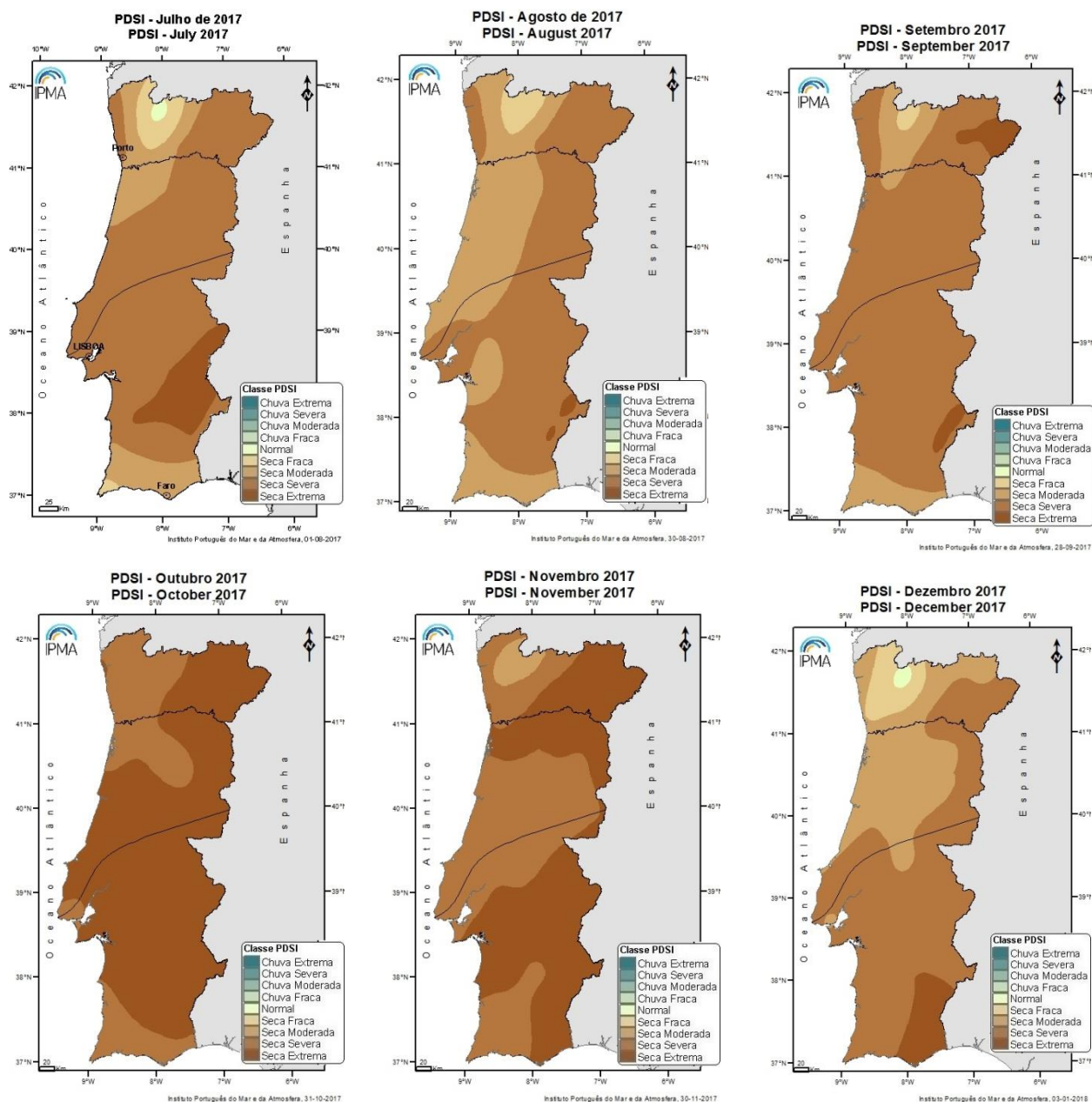


Figura 11 – Variação mensal da distribuição espacial do índice de seca meteorológica (Fonte: IPMA).

Na tabela 2, apresenta-se a percentagem do território nas várias classes do índice PDSI entre 30 de abril de 2017 e 31 de janeiro de 2018. No final de janeiro cerca de 56% do território estava em seca severa, 40% em seca moderada e 4% em seca fraca.

Tabela 2 – Classes do índice PDSI - Percentagem do território afetado entre 30 de abril de 2017 e 31 de janeiro de 2018 (Fonte: IPMA).

Classes PDSI	30 de abril	31 de maio	30 de junho	31 de julho	31 de agosto	30 de setembro	31 de outubro	30 de novembro	31 de dezembro	31 de janeiro
Chuva extrema	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Chuva severa	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Chuva moderada	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Chuva fraca	0,8	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Normal	2,7	1,9	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6	0,0
Seca Fraca	20,2	23,1	3,4	4,2	2,6	0,8	0,0	0,0	5,6	4,5
Seca Moderada	75,6	71,4	17,0	16,5	37,8	10,7	0,0	2,7	29,1	39,9
Seca Severa	0,7	3,4	72,3	69,6	58,9	81,0	24,8	46,8	58,3	55,6
Seca Extrema	0,0	0,0	7,3	9,2	0,7	7,4	75,2	50,4	6,4	0,0

Análise comparativa das situações de seca severa e extrema

Na figura 12 apresenta-se a evolução mensal da percentagem do território em seca severa e extrema, de acordo com a classificação do índice PDSI, para as situações de seca de 1944/45, 2004/05, 2008/09, 2011/12, 2014/15 e 2016/17.

Na situação de seca atual tem-se verificado uma diminuição da área nas classes de maior intensidade do índice PDSI, no entanto, no final de janeiro mais de 50% do território ainda estava na classe de seca severa (Figura 12).

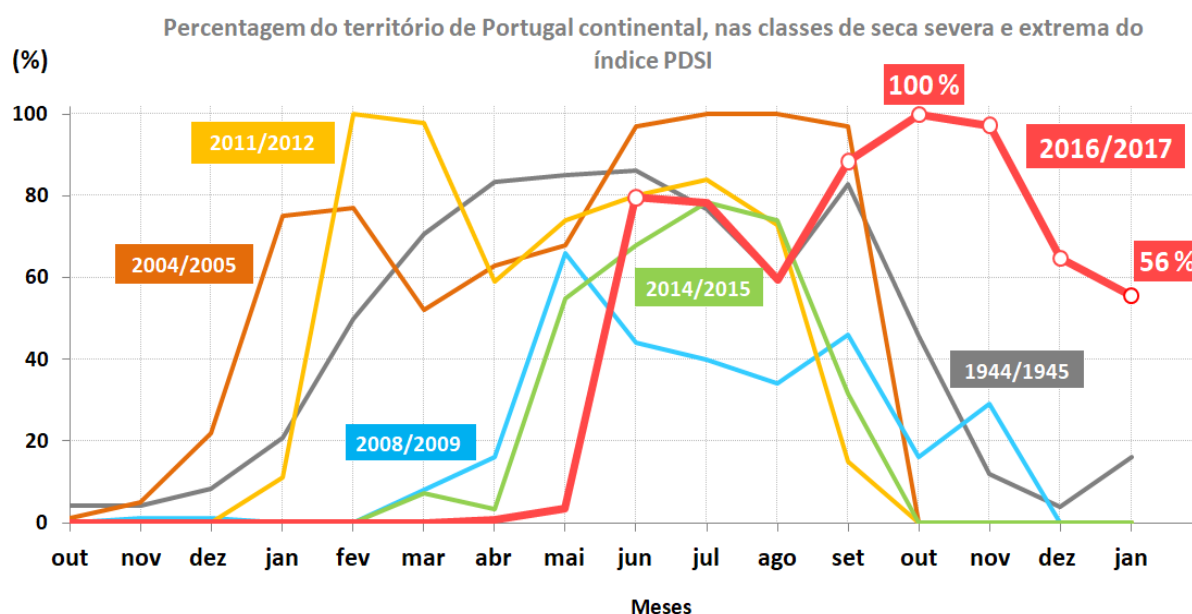


Figura 12 – Evolução mensal da percentagem do território em seca severa e extrema, de acordo com a classificação do índice PDSI, para várias situações de seca (histórica: 1944/45; após 2000: 2004/05, 2008/09, 2011/12, 2014/15 e 2016/17) (Fonte: IPMA).

VI. Índice de seca SPI

O índice SPI (Standardized Precipitation Index- Índice padronizado de precipitação) quantifica o défice ou o excesso de precipitação em diferentes escalas temporais², que refletem o impacto da seca nas disponibilidades de água.

Nas Figuras 13a, 13b e 13c apresenta-se o SPI nas escalas de 6, 9 e 12 meses no final de dezembro 2017 e de janeiro 2018. Verifica-se que as quantidades de precipitação que ocorreram em dezembro 2017 e janeiro 2018 conduziram a uma diminuição da intensidade da situação de seca em algumas bacias do território, refletida nas escalas de 6 e 9 meses do índice SPI.

Assim, no SPI 6 meses é de realçar a diminuição da intensidade nas bacias do Sado e do Guadiana (Figura 13a) e no SPI 9 meses verifica-se uma diminuição em todas as bacias do território (Figura 13b).

No SPI 12 meses apenas nas bacias do Mondego e do Vouga se verificou uma diminuição do índice, da classe de seca severa para moderada e da classe de seca moderada para fraca, respetivamente (Figura 13c).

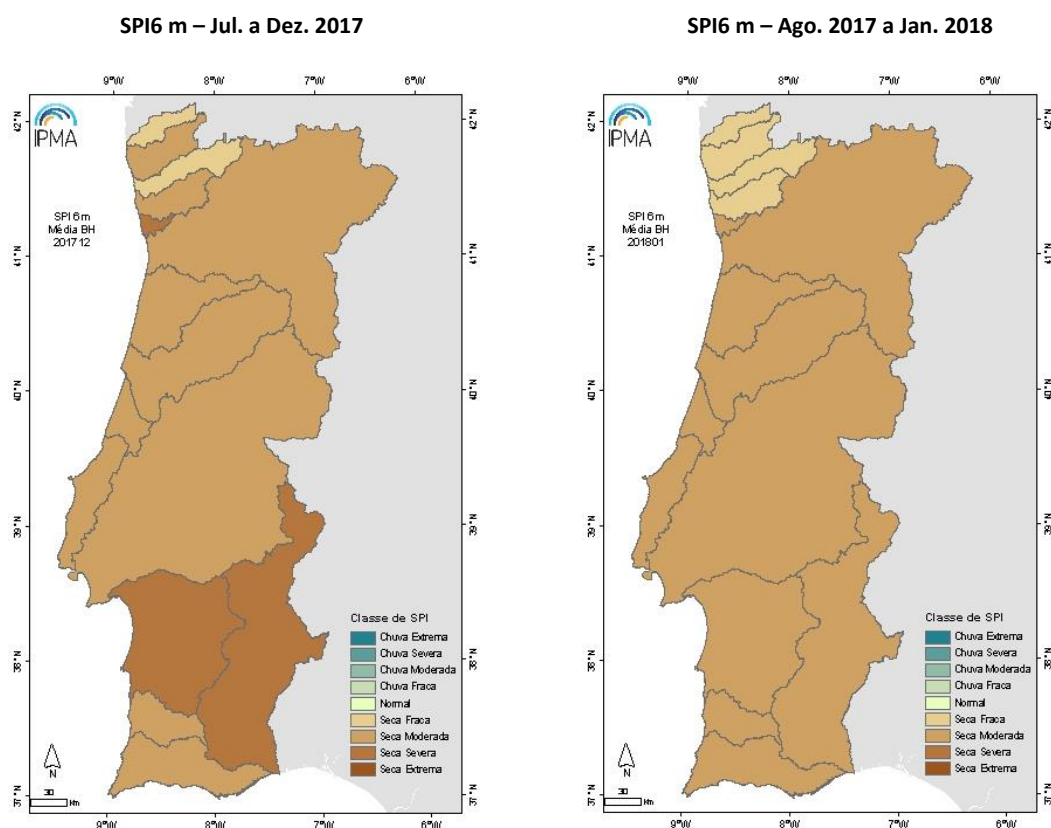


Figura 13a – Distribuição espacial do índice de seca SPI 6 meses (Fonte: IPMA).

² As menores escalas, até 6 meses, remetem à seca meteorológica e agrícola (défice de precipitação e de humidade no solo, respetivamente), entre os 9 e os 12 meses à seca hidrológica com escassez de água refletida no escoamento superficial e nos reservatórios artificiais. As condições do estado da água no solo respondem a anomalias da precipitação numa escala temporal relativamente curta (3 a 6 meses), enquanto os fluxos de água subterrânea e os reservatórios de água respondem a anomalias de precipitação em escalas temporais mais alargadas (9, 12 meses).

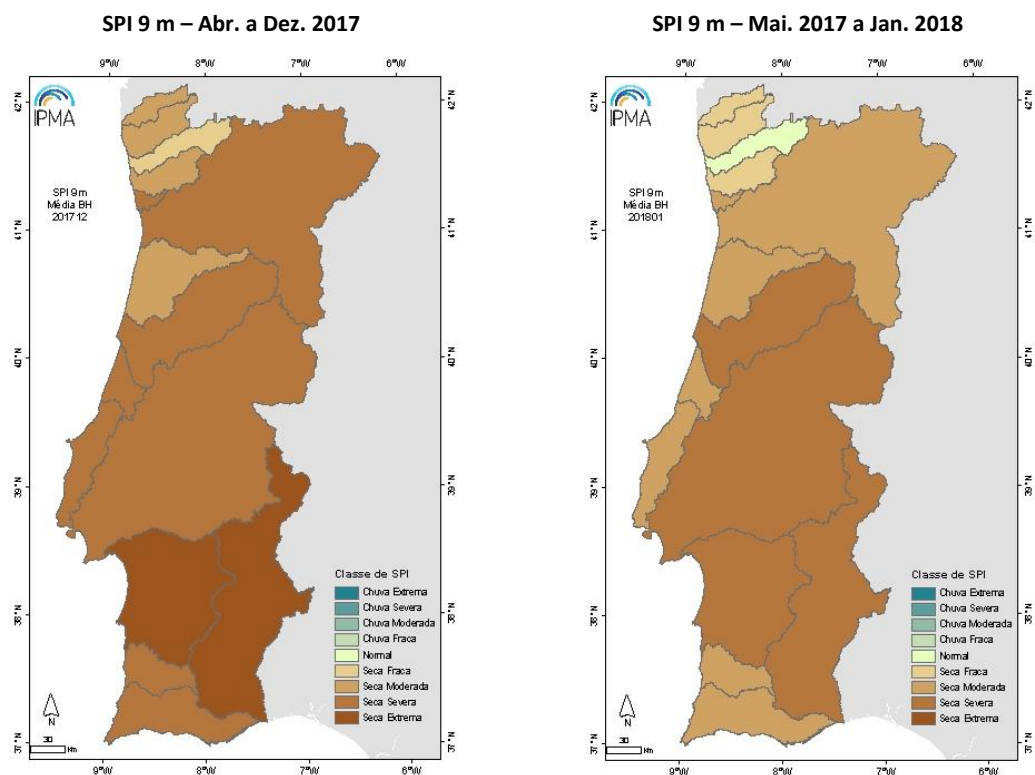


Figura 13b – Distribuição espacial do índice de seca SPI 9 meses (Fonte: IPMA).

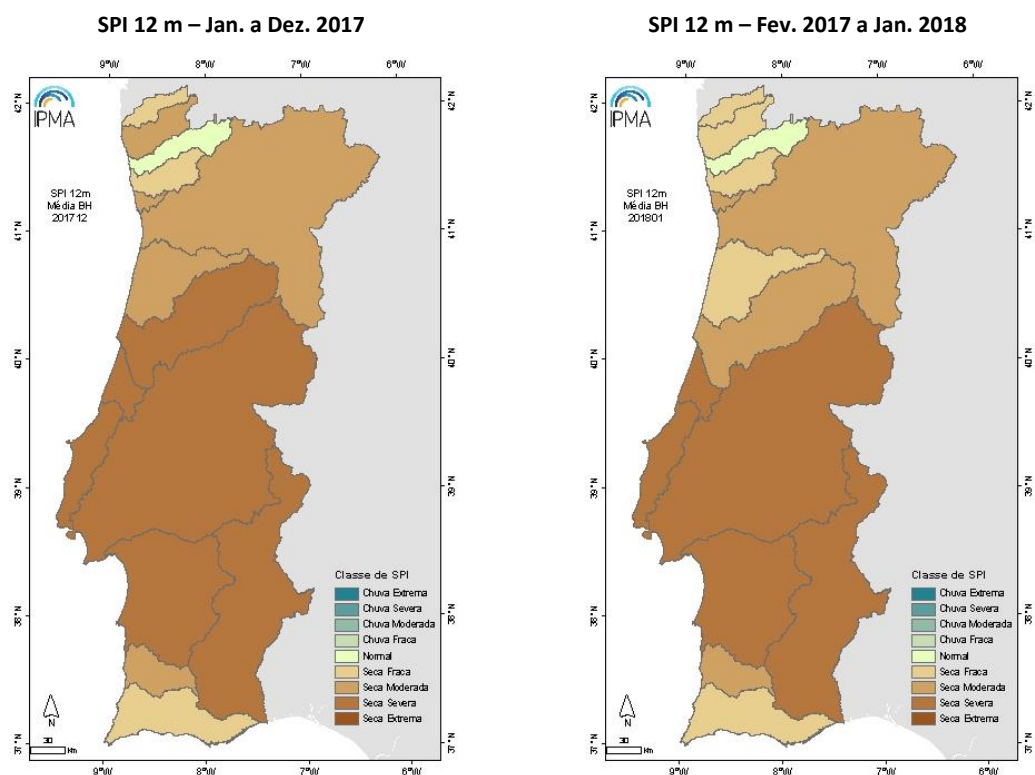


Figura 13c – Distribuição espacial do índice de seca SPI 12 meses (Fonte: IPMA).

VII. Cenários de evolução da Seca

A evolução da situação de seca para o mês seguinte baseia-se na estimativa do índice PDSI, para 3 cenários diferentes de ocorrência da quantidade de precipitação. Assim, tendo em conta a situação no final de janeiro, consideram-se os seguintes cenários para a precipitação em fevereiro (Figura 14).

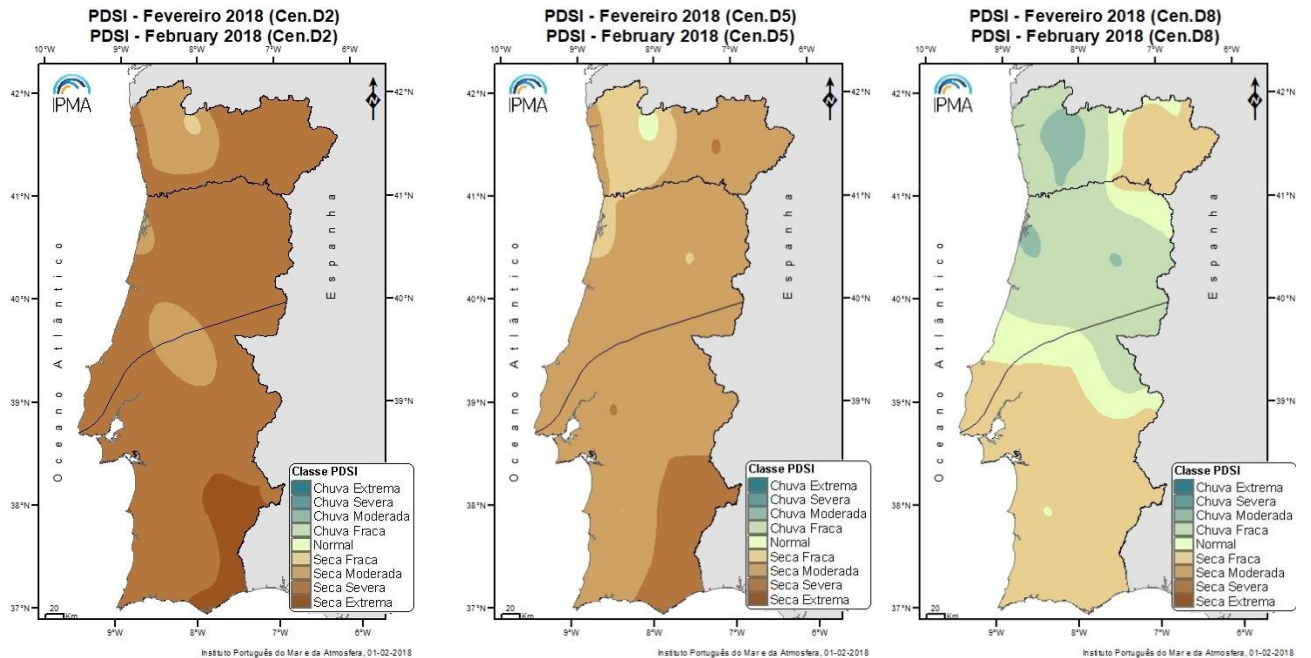


Figura 14 – Distribuição espacial do índice de seca meteorológica PDSI calculado com base em cenários de precipitação para o mês de fevereiro (Fonte: IPMA).

Cenário 1 (2º decil - D2) - Valores da quantidade de precipitação muito inferiores ao normal (valores inferiores ocorrem em 20% dos anos), implicariam um aumento das classes de seca severa e extrema.

Cenário 2 (5º decil – D5) – Valores da quantidade de precipitação próximos do normal levariam a uma diminuição da intensidade da seca, em particular da seca severa.

Cenário 3 (8º decil – D8) – Valores da quantidade de precipitação muito superiores ao normal (valores superiores ocorrem em 20% dos anos) levariam a uma diminuição significativa da intensidade da seca em todo o território, terminando mesmo a situação de seca em muitos locais do Norte e Centro do território.

VIII. Previsão mensal do Centro Europeu de Previsão do Tempo a Médio Prazo (ECMWF)³

Na precipitação total semanal, prevêem-se valores abaixo do normal para todo o território na semana de 05/02 a 11/02 e para alguns locais das regiões Centro e Sul na semana de 12/02 a 18/02. Na semana de 19/02 a 25/02 não é possível identificar a existência de sinal estatisticamente significativo. Prevêem-se valores acima do normal, para todo o território, na semana de 26/02 a 04/03.

Tendo em conta a previsão para as próximas semanas será provável a continuação da situação seca, sendo mesmo provável um aumento da sua intensidade.

³<http://www.ipma.pt/pt/otempo/prev.longo.prazo/mensal/index.jsp?page=prev-182015.html>

3. Disponibilidades hídricas armazenadas nas Albufeiras

Conforme estabelecido no “Plano de Prevenção, Monitorização e Contingência para Situações de Seca”, aprovado a 19 de julho de 2017, pela Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca, criada através da RCM n.º 80/2017, de 7 de junho, a avaliação da seca hidrológica é feita em quatro momentos do ano hidrológico: 31 de janeiro, 31 de março, 31 maio e 30 de setembro.

Da avaliação realizada em janeiro de 2018, conclui-se que a bacia do Sado continuava percentagens de armazenamento abaixo dos níveis definidos para o Nível H.3, estando por isso, em situação de seca hidrológica, desde janeiro de 2016. As bacias do Ave e Guadiana apresentaram percentagens de armazenamento abaixo dos níveis definidos para o Nível H.2 e as bacias do Tejo, Ribeiras do Oeste, Mira e Barlavento percentagens de armazenamento abaixo dos níveis definidos para o Nível H.3, conforme ilustra o gráfico da figura seguinte. As restantes bacias apresentaram níveis baixos de armazenamento sem no entanto atingirem os limiares de alerta definidos no referido Plano.

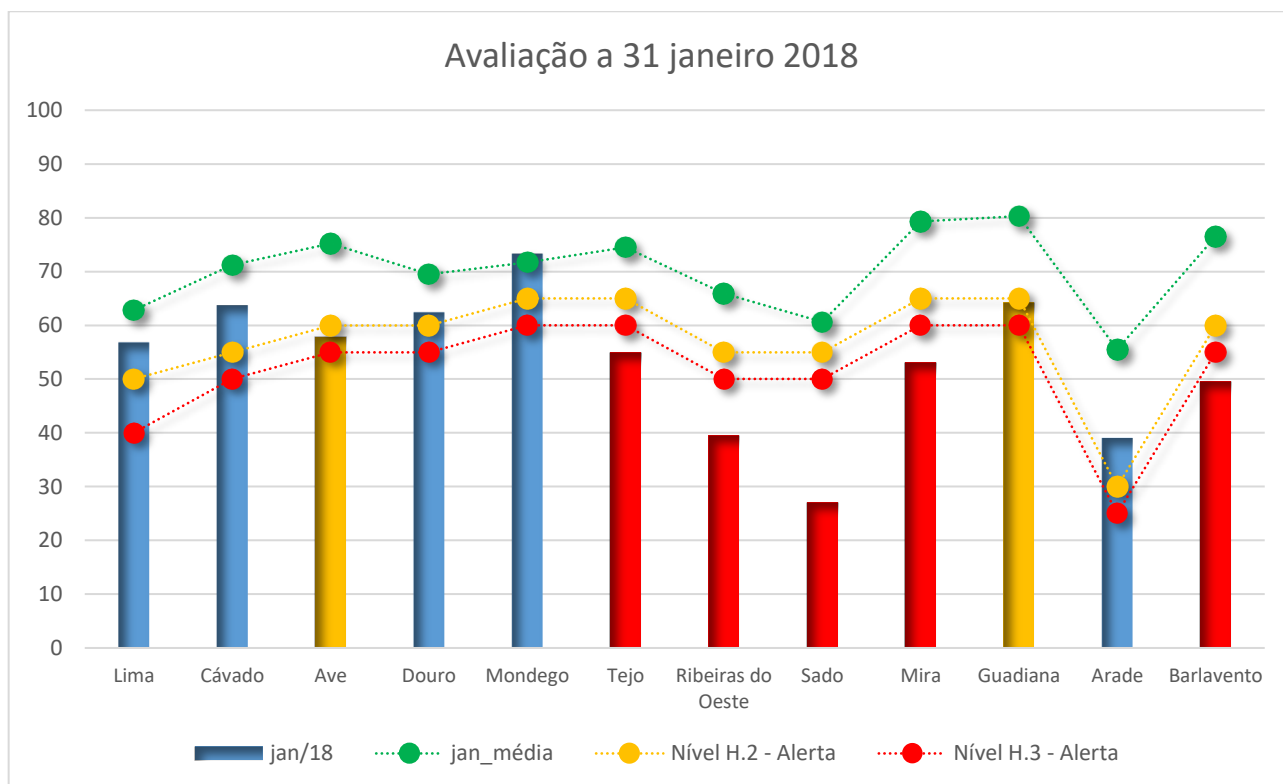


Figura 15 – Armazenamento total por Bacia Hidrográfica em janeiro de 2018, armazenamento médio no mês de janeiro (1990/91 a 2016/17) e níveis de alerta de seca hidrológica correspondentes a 31 de janeiro. (Fonte: APA)

No último dia do mês de janeiro de 2018 e comparativamente ao último dia do mês anterior, verificou-se uma subida no volume total armazenado em 9 bacias hidrográficas e uma descida em 3 (Mira, Guadiana e Arade). A ligeira subida verificada na bacia do Sado deve-se ainda às transferências de água que estão a ser realizadas do Alqueva e à diminuição dos volumes captados para rega.

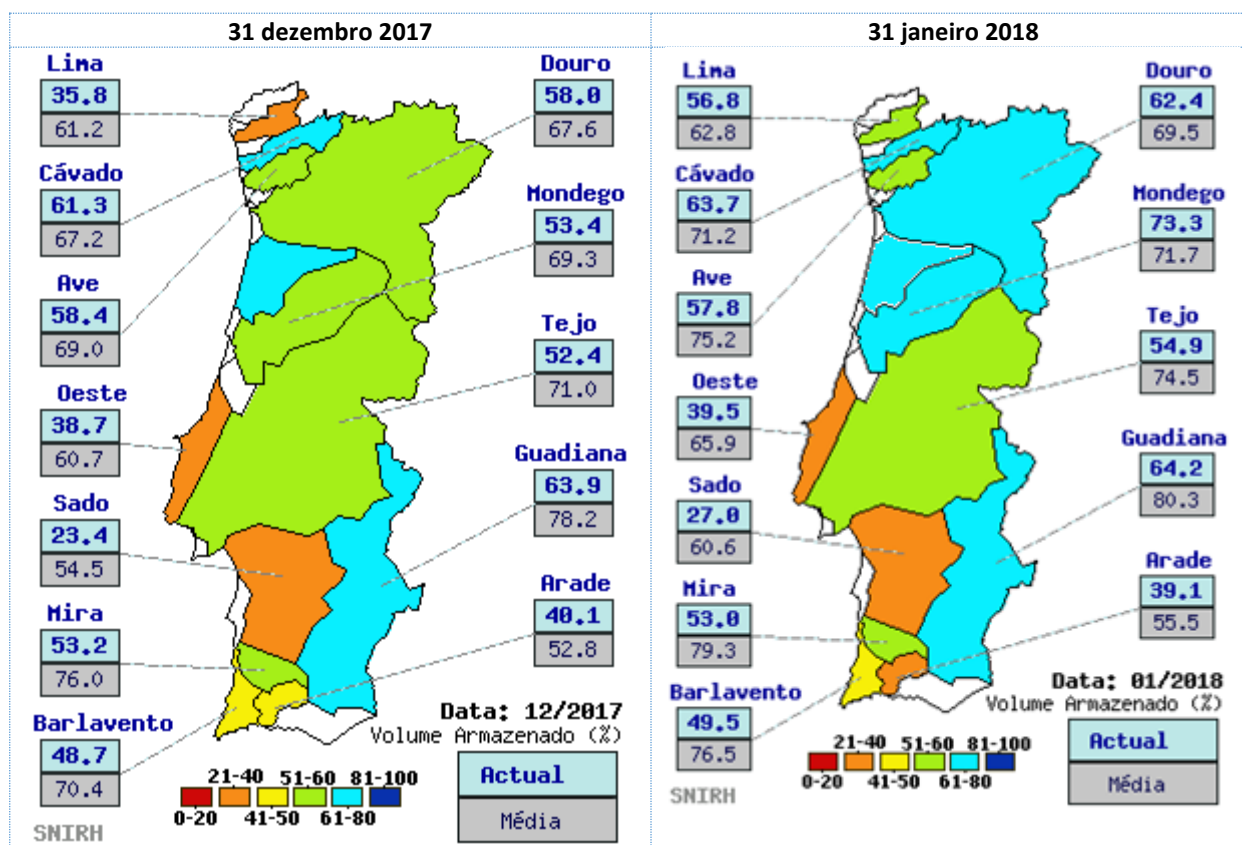


Figura 16 - Situação das Albufeiras a 31 de dezembro de 2017 e 31 janeiro de 2018. (Fonte: APA)

Os armazenamentos totais em janeiro de 2018, por bacia hidrográfica, apresentaram-se inferiores às médias de armazenamento de janeiro (1990/91 a 2016/17), com exceção da bacia do Mondego. Comparativamente aos valores observados no final de outubro de 2017, é possível observar que existe, desde então, um aumento das disponibilidades armazenadas totais nas bacias a norte do Tejo, e uma diminuição nas bacias a sul, com exceção da bacia do Sado cujo aumento se deve, tal como já foi referido, à continuação das transferências do Alqueva e à diminuição significativa dos volumes captados para rega.

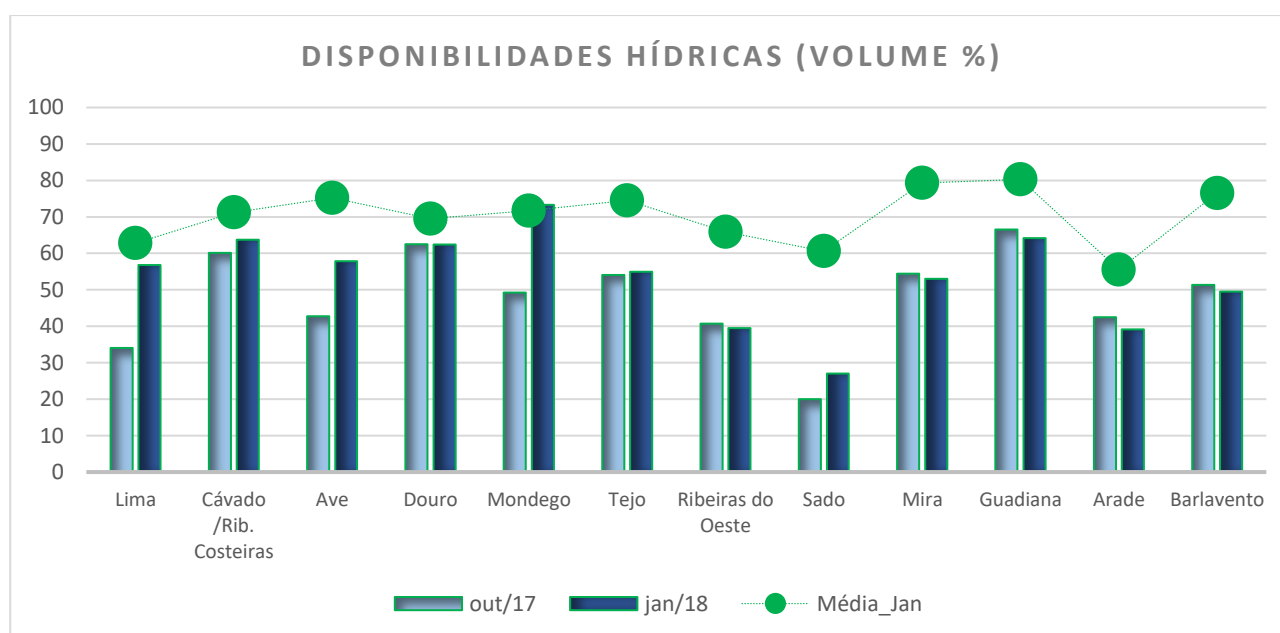


Figura 17 - Percentagem de volume total armazenado por bacia hidrográfica, a 31 de outubro e a 31 de janeiro de 2018 (Fonte: APA).

A situação a sul do rio Tejo continuava ainda sem recuperação significativa, apesar de estar a decorrer o segundo trimestre do ano hidrológico em curso.

Nas figuras seguintes, é possível comparar as disponibilidades hídricas totais armazenadas nas diferentes bacias hidrográficas, durante o mês de janeiro de 2017 com o que se verificou em janeiro de 2018. Com exceção das bacias do Lima, Cávado, Ave, Douro e Mondego, as restantes apresentaram disponibilidades hídricas totais inferiores em janeiro de 2018, sendo que as diferenças mais significativas se verificaram nas bacias do Barlavento, das Ribeiras do Oeste e Arade.

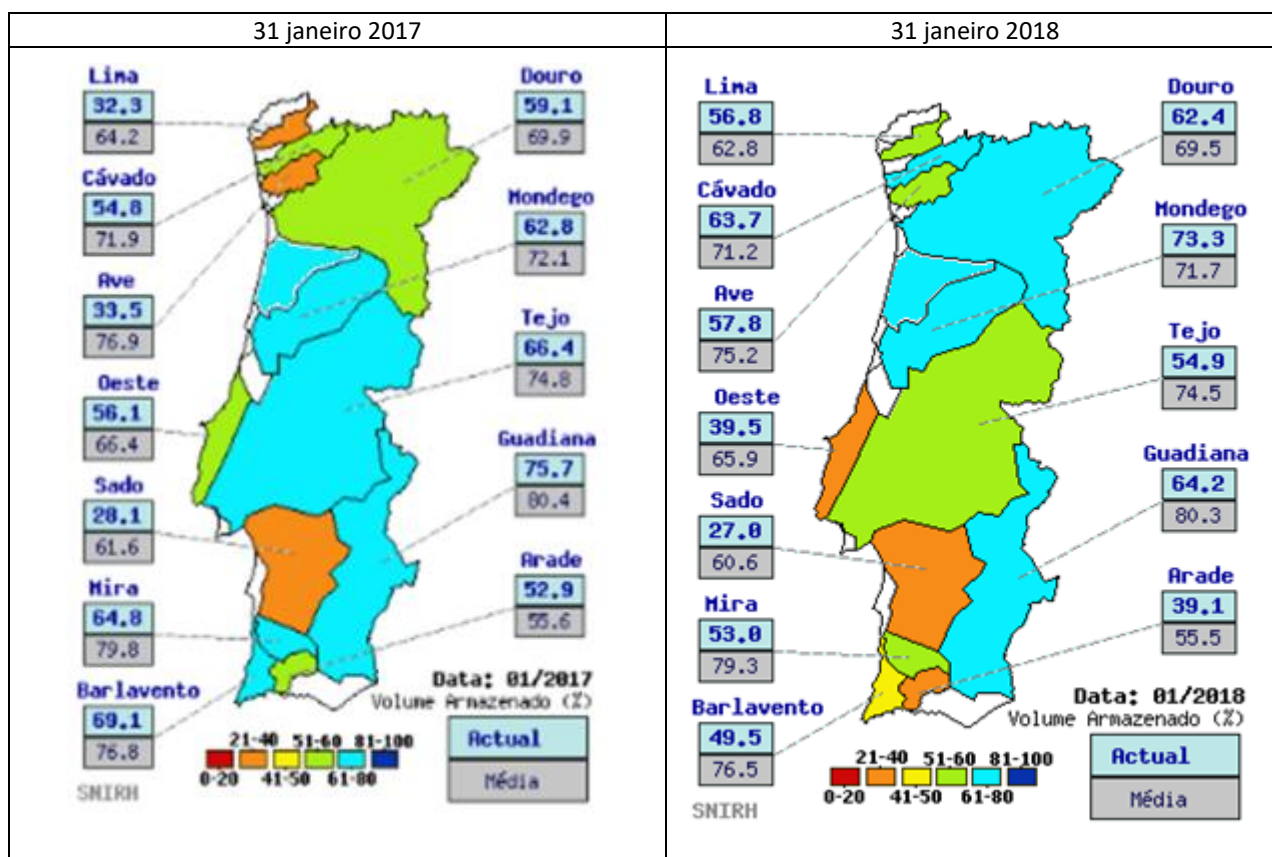


Figura 18 - Disponibilidades hídricas totais armazenadas nas diferentes bacias hidrográficas durante o mês de janeiro dos anos de 2017 e 2018 (Fonte: APA).

No gráfico seguinte é feita a comparação das disponibilidades hídricas armazenadas por bacias em janeiro dos anos 1995, 2005, 2012 e 2018 podendo constatar-se que:

- Nas bacias do Lima, Cávado e Douro os valores observados em janeiro de 2005 e de 2012 eram mais baixos dos que observados em janeiro de 2017;
- Na bacia do Ave o valor observado em janeiro de 2018 era próximo do valor verificado em janeiro de 2005, o valor mínimo dos anos considerados para esta bacia;
- Nas bacias do Tejo e Ribeiras do Oeste os valores observados em janeiro de 2018 eram os mais baixos quando comparados com os outros anos em que houve seca;

- Na bacia do Sado e apesar das transferências de água do sistema Alqueva apenas em janeiro de 1995 a situação era mais gravosa do que aquela que se verifica em 2018;
- Na bacia do Mira o valor observado em janeiro de 2018 era próximo do valor verificado em janeiro de 1995, o valor mínimo dos anos considerados para esta bacia;
- Nas bacias do Guadiana e Barlavento apenas em janeiro de 1995 se observaram valores mais baixos do que os verificados em janeiro de 2017, fruto do aumento da capacidade de armazenamento verificado nestas bacias.

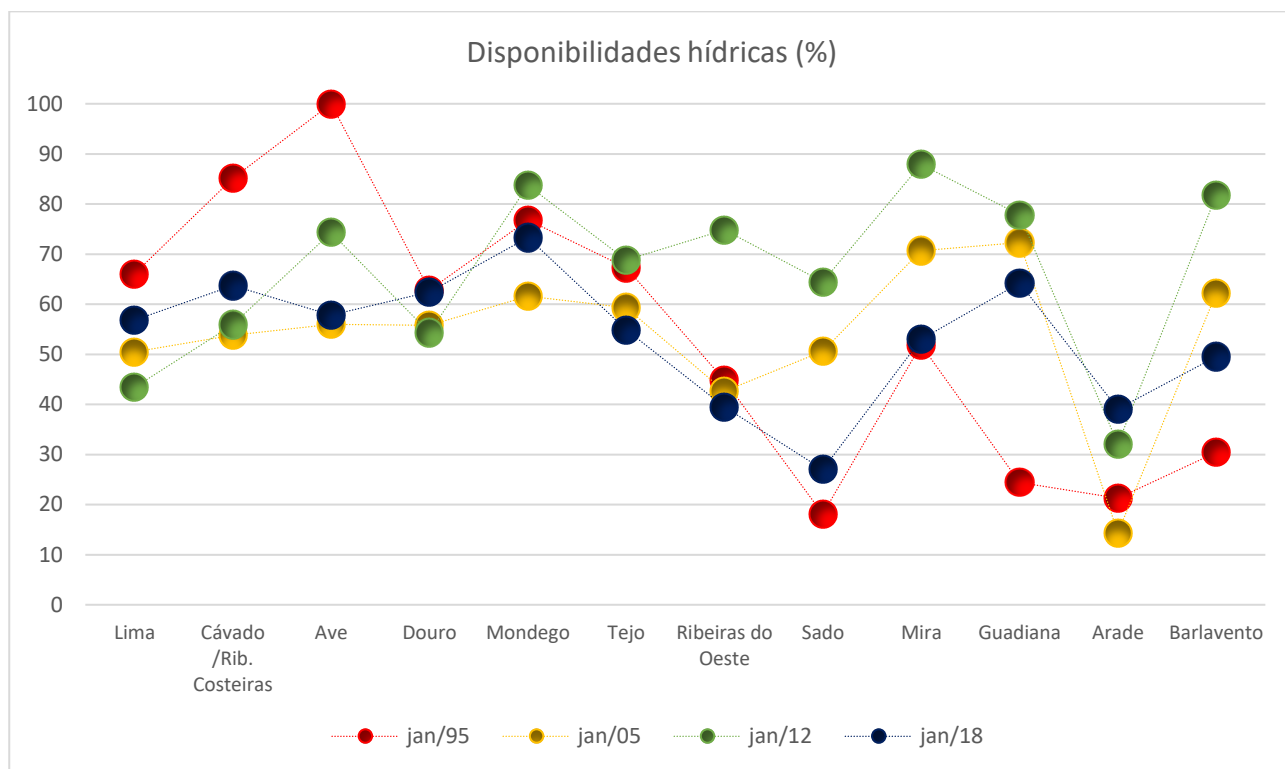


Figura 19 – Comparação entre as disponibilidades hídricas totais armazenadas nas diferentes bacias hidrográficas durante o mês de janeiro dos anos de 2018, 2012, 2005 e 1995 (Fonte: APA).

Os níveis de armazenamento das albufeiras a sul da bacia do Tejo continuaram, em regra, a baixar atendendo que não se verificou precipitação significativa que permitisse o enchimento das mesmas e continuaram a suportar os usos existentes nesta época do ano.

Das 62 albufeiras monitorizadas, 8 apresentavam disponibilidades hídricas superiores a 80% do volume total (5 em 31 de dezembro 2017) e 21 têm disponibilidades inferiores a 40% do volume total (24 em 31 de dezembro), tendo-se verificado uma recuperação em algumas albufeiras nomeadamente nas que se localizam a norte do rio Tejo.

As albufeiras, que no final do mês de janeiro, apresentavam volumes totais inferiores a 40% correspondiam a cerca de 32% do universo das albufeiras monitorizadas e localizavam-se:

- 9 na bacia do Sado (Fonte Serne [29%], Monte Gato [10%], Odivelas [35%], Pego do Altar [8%], Roxo [25%], Vale do Gaio [12%], Campilhas [4%], Monte Miguéis [12%] e Monte da Rocha [8%]);
- 2 no Tejo (Divor [7%], Maranhão [22%]);

- 5 no Guadiana (Vigia [14%], Caia [18%], Lucefecit [19%], Abrilongo [14%], Monte Novo [27%]);
- 2 no Douro (Vilar Tabuaço [31%], Alijó [34%]);
- 2 no Arade (Arade [31%], Odelouca [33%]);
- 1 nas bacias das Ribeiras do Oeste (S. Domingos [39,5%]).

No final de janeiro de 2018, 11 albufeiras apresentaram ainda disponibilidades armazenadas totais inferiores a 20% (12 em 31 de dezembro), sendo que 6 são na bacia do Sado, 4 na bacia do Guadiana e 1 na bacia do Tejo.

No final de janeiro de 2018 e relativamente a 31 de dezembro, assinalam-se as albufeiras onde se registou uma subida das disponibilidades armazenadas totais:

Bacia Lima Alto Lindoso passou de 34% para 56%	Bacia do Cávado Paradela passou de 40% para 49%
Bacia Douro Serra Serrada passou de 45% para 85%	Bacia do Mondego Aguieira passou de 54% para 78% Caldeirão passou de 54% para 89% Fagilde passou de 43% para 100%
Bacia do Tejo Cabril passou de 40% para 46% Cova do Viriato passou de 26% para 58% Magos passou de 43% para 51% Santa Luzia passou de 14% para 42%	

A situação na bacia do Sado continuava a ser a mais preocupante, pois a percentagem do volume total armazenado nesta bacia apresenta valores muito inferiores à média e está em seca hidrológica desde janeiro de 2016. Na figura seguinte é possível observar o afastamento significativo da evolução do armazenamento na bacia do Sado registado entre outubro de 2016 e janeiro de 2018, quando comparados com os valores médios dos últimos 26 anos.

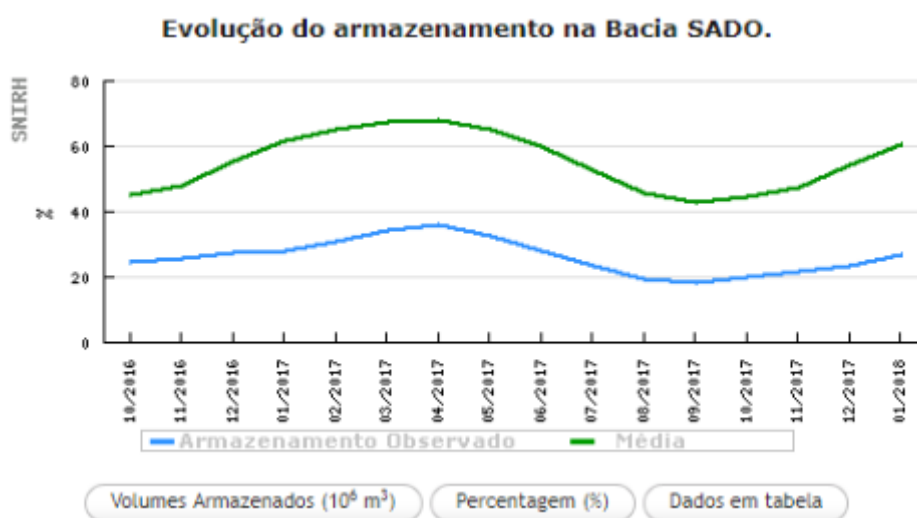


Figura 20 – Evolução dos volumes armazenados na bacia hidrográfica do Sado comparativamente à média mensal calculada para o período (1990/91 a 2016/17) (Fonte: APA).

Importa salientar que grande parte das albufeiras nesta bacia têm ligação ao sistema Alqueva, com exceção de Monte do Rocha, o que tem permitido suprimir as necessidades, embora com custos acrescidos associados à transferência de água.

Também a bacia do Guadiana apresentava, tanto no ano hidrológico anterior como no em curso, valores de armazenamento total inferiores à média. Na figura seguinte é possível observar o afastamento da evolução do armazenamento na bacia do Guadiana registado entre outubro de 2016 e janeiro de 2018, quando comparados com os valores médios dos últimos 26 anos.

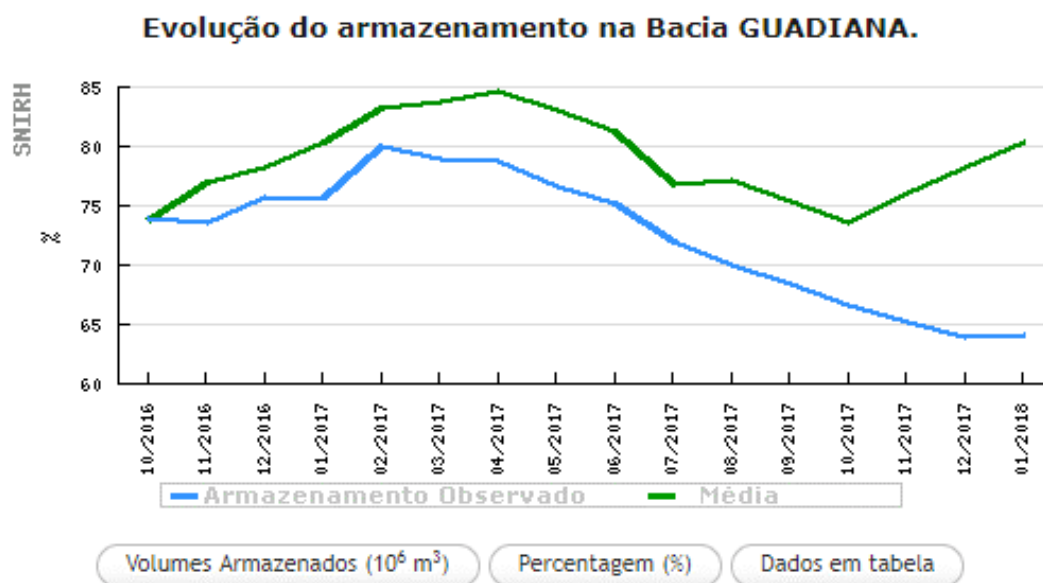


Figura 21 – Evolução dos volumes armazenados na bacia hidrográfica do Guadiana comparativamente à média mensal calculada para o período (1990/91 a 2016/17) (Fonte: APA)

A bacia do Tejo apresentava, tanto no ano hidrológico anterior como no em curso, valores de armazenamento total inferiores à média. Na figura seguinte é possível observar o afastamento da evolução do armazenamento na bacia do Tejo registado entre outubro de 2016 e janeiro de 2018, quando comparados com os valores médios dos últimos 26 anos. Comparativamente a janeiro de 2017 existiam, em janeiro 2018, valores de armazenamento totais significativamente mais baixos.

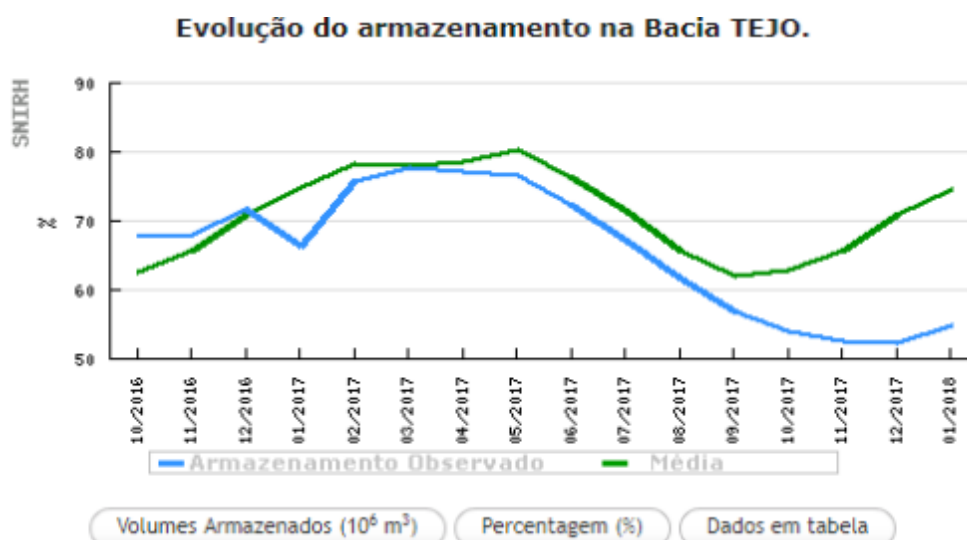


Figura 22 – Evolução dos volumes armazenados na bacia hidrográfica do Tejo comparativamente à média mensal calculada para o período (1990/91 a 2016/17) (Fonte: APA)

Considerando os volumes armazenados totais, no final do mês de janeiro de 2018 as situações críticas e sob vigilância identificadas eram:

Situações críticas ao nível das águas superficiais:

- Arcossó [14%], Camba [26%], Luminares (Armamar) [33%], Burga [38%], Vale Madeiro [16%], Esteváinha [37%] (Bacia do Douro);
- Divor [7%], Veiros [11%], (Bacia do Tejo);
- Fonte Serne [29%], Monte Gato [10%], Odivelas [35%], Pego do Altar [8%], Roxo [25%], Vale do Gaio [12%], Campilhas [4%], Monte Miguéis [12%] e Monte da Rocha [8%] (Bacia do Sado);
- Vigia [13%], Abrilongo [14%], Caia [18%], (Bacia do Guadiana).

Situações sob vigilância ao nível das águas superficiais:

- Alijó [34%], Vilar-Tabuaço [31%], Ranhados [38%], Sambade [34%] (Bacia do Douro);
- Fronhas [42%], Vale do Rossim [41%] (Bacia do Mondego);
- Póvoa Meadas [42%], Santa Luzia [42%], Maranhão [22%], Meimoa [48%], Idanha [44%], Cabril [46%] Minutos [45%] Montargil [48%] (Bacia do Tejo);
- S. Domingos [39,5%], (Bacias das Ribeiras do Oeste);
- Alvito [62%], (Bacia do Sado);
- Lucefecit [19%], Monte Novo [27%], (Bacia do Guadiana);
- Odelouca [33%] Arade [31%] (Bacia do Arade).

4. Águas Subterrâneas

No respeitante à evolução das reservas hídricas subterrâneas apresentam-se, seguidamente, os mapas dos níveis de água subterrânea correspondentes aos meses de novembro, dezembro e janeiro do corrente ano hidrológico 2017-2018.

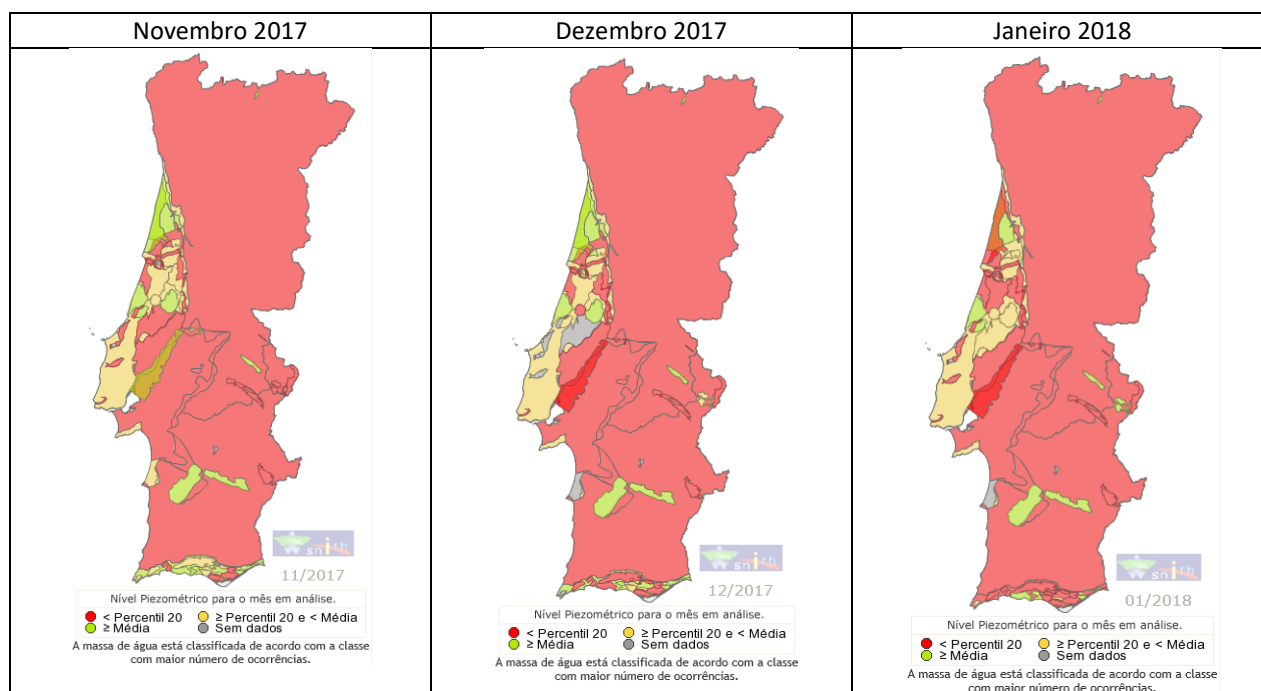


Figura 23 – Evolução das reservas hídricas subterrâneas observadas nos meses de novembro, dezembro e janeiro do ano hidrológico 2017/2018 (Fonte: APA)

Da análise dos mapas do ano hidrológico 2017-2018, verifica-se que existem diversas massas de água que apresentam o nível de água subterrânea inferior ao percentil 20.

Assim, atendendo aos dados disponíveis no mês de janeiro de 2018 constata-se que os níveis piezométricos registados nos 382 pontos observados em 58 massas de água subterrânea apresentavam-se, na generalidade, inferiores às médias mensais.

Nas massas de água O25 - Torres Vedras, M13 - Peral - Moncarapacho, M8 - S. Brás de Alportel, O11 - Sicó - Alvaiázere, O8 - Verride, M17 - Monte Gordo, T1 - Bacia do Tejo-Sado / Margem Direita, O33 - Caldas da Rainha - Nazaré, M7 - Quarteira, Maciço Antigo Indiferenciado Norte, O28 - Pisões - Atrozela, O1 - Quaternário de Aveiro, O10 - Leirosa - Monte Real, O9 - Penela - Tomar, A2 - Escusa, O23 - Paço, M3 - Mexilhoeira Grande - Portimão, O7 - Figueira da Foz - Gesteira, M2 - Almádena - Odiáxere, M12 - Campina de Faro, Indiferenciado da Orla Meridional, Indiferenciado da Bacia do Tejo-Sado, A11 - Elvas - Campo Maior, M10 - S. João da Venda - Quelfes, O29 - Louriçal, O30 - Viso - Queridas, M5 - Querença - Silves, T3 - Bacia do Tejo-Sado / Margem Esquerda, A4 - Estremoz - Cano, T7 - Aluviões do Tejo, A10 - Moura - Ficalho, O6 - Aluviões do Mondego, Maciço Antigo Indiferenciado Sul e O18 - Maceira os níveis piezométricos eram significativamente inferiores aos valores médios mensais.

Durante o mês de janeiro a precipitação ocorrida foi inferior aos valores normais, não permitindo a recuperação dos níveis de água subterrânea, pelo que continuavam a observar-se muitas massas de água com os níveis piezométricos abaixo do percentil 20. Assim, continuam a identificar-se dois grupos de massas de água - situações críticas e situações sob vigilância. As situações críticas dizem respeito a massas de água onde persistem, ao longo de vários meses, níveis inferiores ao percentil 20, pelo que, urge a aplicação de medidas preconizadas no âmbito da seca. As situações sob vigilância referem-se a massas de água que merecem atenção, por forma a minimizar as descidas dos níveis piezométricos.

Acresce-se ainda que, enquanto não ocorrer precipitação significativa que permita a recarga das massas de água é expectável que os níveis permaneçam baixos.

Neste contexto, as massas de água em **situação crítica** eram as seguintes:

- MA Moura-Ficalho (bacia do Guadiana);
- MA Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Guadiana e do Sado (bacias do Guadiana e do Sado);
- MA Zona Sul Portuguesa da Bacia do Guadiana e do Sado (bacias do Guadiana e do Sado);
- MA Elvas-Campo Maior (bacia do Guadiana);
- MA Campina de Faro – Subsistema Vale de Lobo (bacia das Ribeiras do Algarve);
- MA Cársico da Bairrada (bacias do Mondego e do Vouga);
- MA Estremoz-Cano (bacias do Tejo e do Guadiana);
- MA Maceira (bacias das Ribeiras do Oeste e do Lis);
- MA Paço (bacia das Ribeiras do Oeste);
- MA Pousos-Caranguejeira (bacia do Lis);
- MA Figueira da Foz-Gesteira (bacia do Mondego);
- MA Torres Vedras (bacia das Ribeiras do Oeste);
- MA Escusa (bacia do Tejo);
- MA Viso-Queridas (bacias do Mondego e do Vouga);
- MA Penela-Tomar (bacias do Mondego e do Tejo);
- MA Pisões-Atrozela (bacias do Tejo e das Ribeiras do Oeste);
- MA Mexilhoeira Grande-Portimão (bacia das Ribeiras do Algarve).

As massas de água que deviam ficar sob **vigilância** eram as seguintes:

- Maciço Antigo Indiferenciado: todas as regiões abrangendo as seguintes bacias: Minho, Lima, Cávado, Ave, Leça, Douro, Vouga, Mondego e Tejo;
- MA Querença-Silves (bacia das Ribeiras do Algarve);
- MA Campina de Faro – Subsistema Faro (bacia das Ribeiras do Algarve);
- MA Leirosa – Monte Real (bacias do Lis e Mondego);
- MA Peral – Moncarapacho (bacia das Ribeiras do Algarve);
- MA Bacia do Tejo / Sado – Margem Direita (bacias do Tejo e das Ribeiras do Oeste);
- MA Almádena – Odeáxere (bacia das Ribeiras do Algarve);
- MA São João da Venda – Quelfes (bacia das Ribeiras do Algarve);
- **Todas as restantes massas de água do país.**

Comparando com o mês anterior, a listagem das massas de água crítica aumentou, transitando da lista de vigilância as seis últimas massas de água, pelo que se considera que a situação se agravou do mês de dezembro para janeiro, com a diminuta precipitação ocorrida.

No respeitante à listagem de massas de água sob vigilância considera-se que, complementarmente a algumas massas de água identificadas, todo o país deve ficar sob controlo, atendendo aos níveis de água subterrânea que se estão a registar a nível nacional. Importa ter em conta que a situação se mantém preocupante em várias massas de água, pelo que aquelas que apresentam ainda alguma disponibilidade hídrica devem ser protegidas, por forma a auxiliarem as necessidades de abastecimento de algumas regiões, caso a situação de seca se venha a manter.

Neste contexto e face à situação atual, considera-se que, até se começar a registar a recuperação dos níveis de água subterrânea, se devem manter as medidas que estão a ser preconizadas para minimizar os efeitos da seca. Assim, a construção de novas captações deve apenas ser objeto de autorização para abastecimento público ou privado (quando não existe rede de abastecimento público) bem como abeberamento coletivo do gado quando possível, com a obrigatoriedade de colocação de contadores, devendo os volumes extraídos serem enviados quinzenalmente para a ARH respetiva. Nestes casos deve ser reforçada a fiscalização, por forma a controlar que as autorizações concedidas foram utilizadas apenas para os fins previstos.

5. Reservas de Água nas Albufeiras de Aproveitamento Hidroagrícola

Os armazenamentos registados da 2ª quinzena de janeiro (02/02/2018) nas albufeiras, monitorizados pela Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), estão indicados na Tabela 3. Nesta Tabela apresentam-se, também, as tendências evolutivas dos armazenamentos, em relação ao final da quinzena anterior, e as previsões para a próxima campanha de rega (<http://sir.dgadr.gov.pt/reservas>).

Entre as 42 albufeiras avaliadas pela DGADR, que suportam o boletim das albufeiras do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR), 29 estão, igualmente, incluídas na avaliação disponibilizada pelo SNIRH (APA). As albufeiras monitorizadas e avaliadas pela DGADR incluem alguns empreendimentos equiparados a fins múltiplos.

Em geral, nesta quinzena, não se verificou uma tendência clara da evolução dos níveis de armazenamento das albufeiras, sendo que a maioria desce ou mantém os seus níveis. A Norte de Portugal (que inclui a bacia hidrográfica do Tejo), as albufeiras tiveram uma variação entre +2% e - 1% da sua capacidade total. A Sul de Portugal existe, também, uma pequena variação compreendida entre +3% e - 1%. No final desta quinzena, 58% das albufeiras hidroagrícolas tinham armazenamentos inferiores a 40% da sua capacidade total, situação igual à quinzena anterior (Figura 24) e muito diferente da situação normal, caracterizada com base no período 2010/11 a 2016/17 (de cerca de 7%). Entre os aproveitamentos analisados a albufeira de Santa Clara, situada na bacia hidrográfica do rio Mira, é aquela que apresentava maior volume armazenado (256,60 hm³), que corresponde a 53% da sua capacidade de armazenamento total e de apenas 5% do volume útil (11 hm³). Este volume útil é insuficiente para assegurar em pleno o conjunto das utilizações associadas a esta albufeira (cerca de 90 hm³): rega, abastecimento público, industrial e turístico.

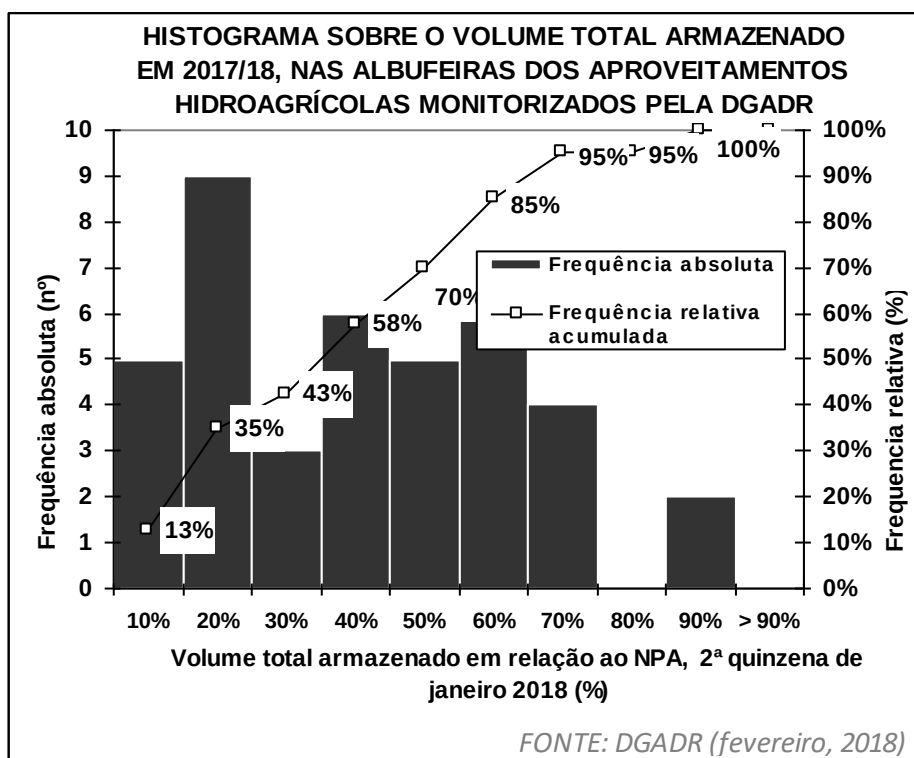


Figura 24 - Histograma do volume total armazenado nas albufeiras dos aproveitamentos hidroagrícolas em 2017/2018

(Fonte: DGADR).

As situações com maior escassez de água face às normais necessidades de rega para a campanha do próximo ano situavam-se nas bacias hidrográficas do rio Sado e Mira. Nesta quinzena, as situações críticas em relação às disponibilidades hídricas para o regadio eram em maior número do que as do final da quinzena anterior. Assim, continuavam **esgotadas** as reservas de água nas seguintes albufeiras:

- Veiros (Tejo), Fonte Serne, Campilhas, Monte Gato e Migueis (todas na bacia do rio Sado).

Complementarmente, o número de albufeiras com **restrições** à utilização de água para rega aumentou, abrangendo as seguintes albufeiras:

- Odivelas, Monte da Rocha, Pego do Altar e Vale do Gaio (situadas na bacia do rio Sado), Santa Clara (bacia do rio Mira), Vigia e Lucefecit (bacia do rio Guadiana), Maranhão e Divor (bacia do rio Tejo), Estevainha, Vale Madeiro e Arcossó (bacia do rio Douro).

Os aproveitamentos hidroagrícolas da Lezíria, da Cela e do Vale do Lis poderão, também, ter limitações relevantes no que concerne ao acesso a água, considerando os reduzidos escoamentos exetáveis associados aos cursos de água que os suportam.

As associações de regantes estão cientes das reduzidas reservas hídricas disponíveis e da importância de promoveram entre os agricultores um planeamento e uma gestão adequada, de modo a assegurar as necessidades de água mínimas da atividade agrícola e agropecuária e do abastecimento público, uso prioritário caso este esteja consignado.

Assim, a gestão dos volumes armazenados nas albufeiras conduziu à evolução percentual semanal dos volumes armazenados úteis indicados na Figura 25. Nesta Figura estão sinalizadas as albufeiras com percentagens de armazenamento úteis mais elevadas, em função de quatro agrupamentos de bacias hidrográficas: a) Douro e Vouga; b) Tejo e Arnoia; c) Sado e Mira; d) Guadiana e ribeiras do Algarve. Face aos volumes úteis atualmente disponíveis será necessário realizar uma gestão criteriosa dos recursos hídricos, sendo o desafio mais exigente nos aproveitamentos aos quais estão associados mais do que uma utilização principal. Neste contexto, estão aos aproveitamentos do Azibo, Cova da Beira, Caia, Vigia, Roxo, Alto Sado, Mira, Odeleite-Beliche.

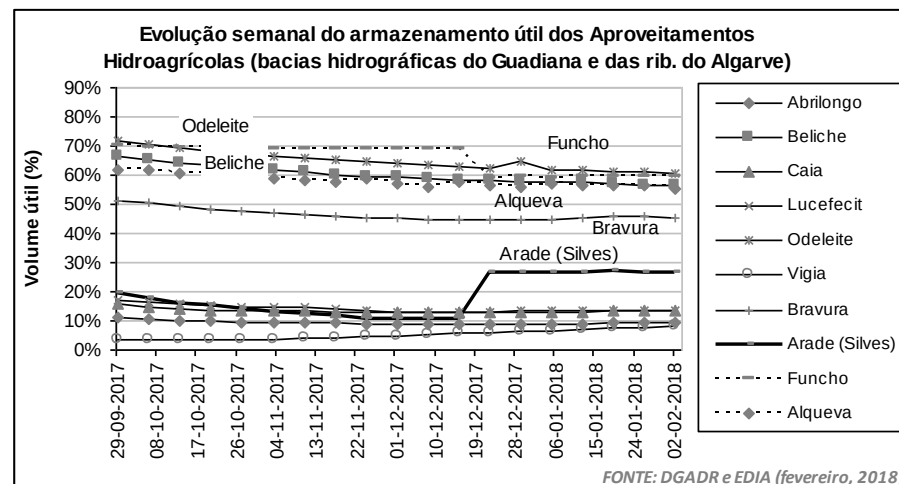
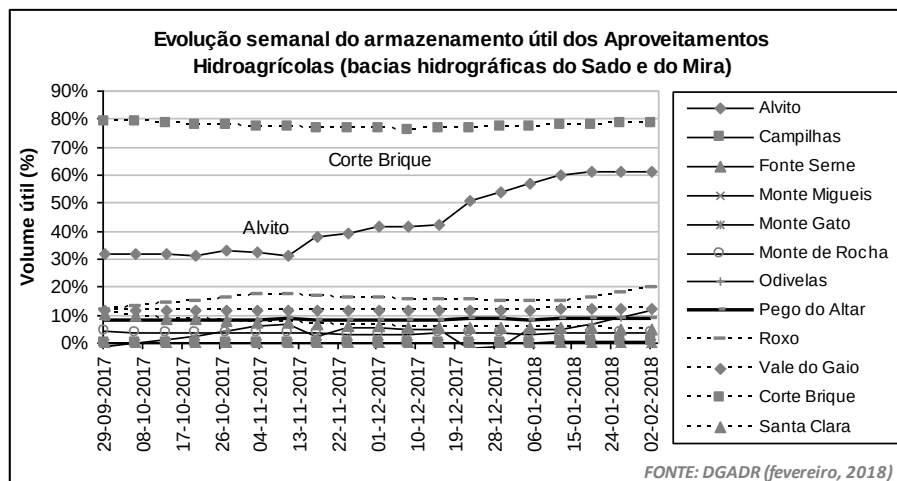
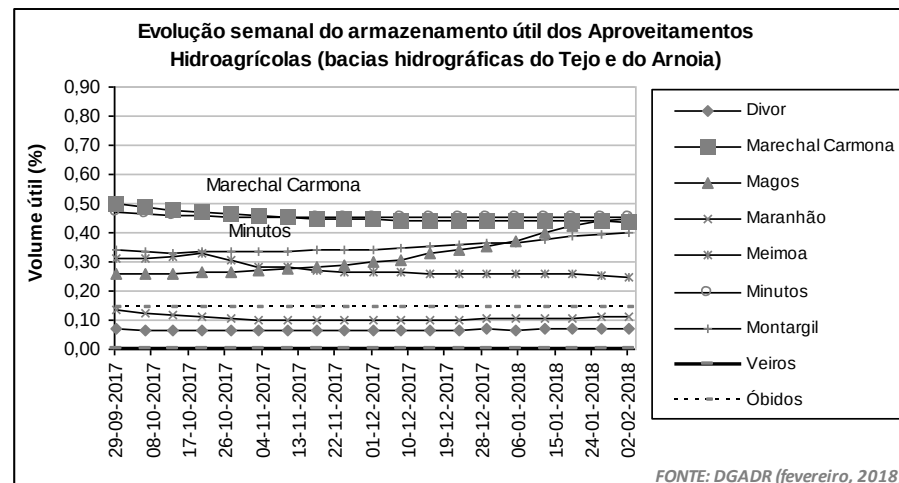
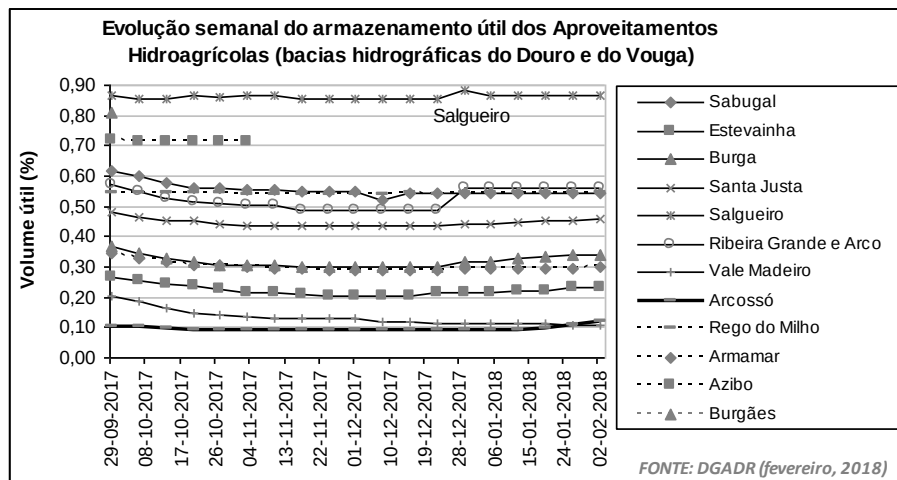
Tabela 3 - Os armazenamentos registados no final de novembro (02/02/2018) e tendências evolutivas dos armazenamentos

Código							Previsão para a próxima campanha de rega						OBS
	Albufeira	Bacia Hidrográfica	Cota do plano de água (m)	Volume total armazenado (hm3) (%)	cota da quinzena anterior (m)	Evolução face à quinzena anterior	Aproveitamento hidroagrícola	Necessidade da campanha normal (hm3)	Volume útil disponível na albufeira (hm3)	Volume consumido (acumulado) (hm3) (%)	Previsão para a próxima campanha (atendendo ao vol. útil armaz. e à necessidade da camp. normal)		
30	Sabugal	Douro	780,76	63,72 56%	780,79	↘	Cova da Beira	50,00	59,82	0,00 0,00	camp rega normal 100 %		
1	Estevainha	Douro	620,75	0,60 37%	620,60	↗	Alfandega da Fé	1,00	0,30	0,00 0,00	camp assegurada em 30 %		
16	Burga	Douro	321,90	0,59 38%	321,70	↗	Vale da Vilariça	1,20	0,49	0,00 0,00	camp assegurada em 41 %		
18	Santa Justa	Douro	252,90	2,00 58%	252,80	↗	Vale da Vilariça	1,90	1,25	0,00 0,00	camp assegurada em 66 %		
17	Salgueiro	Douro	220,70	1,58 88%	220,70	↔	Vale da Vilariça	0,30	1,43	0,00 0,00	camp rega normal 100 %		
19	Ribeira Grande e Arco	Douro	183,30	4,06 68%	183,30	↔	Vale da Vilariça	1,90	2,42	0,00 0,00	camp rega normal 100 %		
15	Vale Madeiro	Douro	278,60	0,24 16%	278,70	↘	Vale Madeiro	0,90	0,15	0,00 0,00	camp assegurada em 17 %		
13	Arcossô	Douro	518,80	0,76 16%	517,80	↗	Veiga de Chaves	3,30	0,55	0,00 0,00	camp assegurada em 17 %		
10	Rego do Milho	Douro	449,80	1,07 56%	449,78	↗	Rego do Milho	0,50	0,98	0,00 0,00	camp rega normal 100 %		
12	Armamar	Douro	745,60	0,93 32%	745,55	↗	Temilobos	1,20	0,85	0,00 0,00	camp assegurada em 71 %		
7	Azibe	Douro			0,00		Macedo de Cavaleiros						em atualização
2	Burgães	Vouga			0,00		Burgães						sem elemento
63	Divor	Tejo	253,20	0,83 7%	253,22	↘	Divor	5,00	0,82	0,00 0,00	camp assegurada em 16 %		
32	Marechal Carmona	Tejo	247,09	34,64 44%	247,13	↘	Idanha	40,00	33,84	0,00 0,00	camp assegurada em 85 %		
49	Magos	Tejo	14,64	1,73 51%	14,52	↗	Magos	2,50	1,34	0,00 0,00	camp assegurada em 54 %		
48	Maranhão	Tejo	115,00	44,67 22%	114,83	↗	Vale do Sarraia	100,00	20,17	0,00 0,00	camp assegurada em 20 %		
29	Meimosa	Tejo	557,55	18,67 48%	557,78	↘	Cova da Beira	15,00	6,67	0,00 0,00	camp assegurada em 44 %		
68	Minutos	Tejo	257,30	24,79 48%	257,30	↔	Minutos	10,00	22,69	0,00 0,00	camp rega normal 100 %		
47	Montargil	Tejo	73,38	78,56 48%	73,20	↗	Vale do Sorraia	60,00	56,96	0,00 0,00	camp assegurada em 95 %		
200	Veiros	Tejo	255,50	1,11 11%	255,50	↔	Veiros	3,38	0,00	0,00 0,00	camp assegurada em 0 %		
52	Óbidos	Arnoia	27,40	2,13 30%	27,40	↔	Óbidos		0,83				

Código								Previsão para a próxima campanha de rega						OBS
	Albufeira	Bacia Hidrográfica	Cota do plano de água (m)	Volume total armazenado (hm3)	(%)	cota da quinzena anterior (m)	Evolução face à quinzena anterior	Aproveitamento hidroagrícola	Necessidade da campanha normal (hm3)	Volume útil disponível na albufeira (hm3)	Volume consumido (acumulado) (hm3)	(%)	Previsão para a próxima campanha (atendendo ao vol. útil armaz. e à necessidade da camp. normal)	
81	Alvito	Sado	193,14	82,15	62%	193,15	↘	-		79,65				
57	Campilhas	Sado	93,00	1,18	4%	92,92	↗	Campilhas e Alto Sado	15,00	0,18	0,00	0,00	camp assegurada em	1 %
59	Fonte Serne	Sado	73,45	1,50	29%	73,45	↔	Campilhas e Alto Sado	2,10	0,00	0,00	0,00	camp assegurada em	0 %
61	Monte Migueis	Sado	151,75	0,11	12%	151,75	↔	Campilhas e Alto Sado	0,80	0,00	0,00	0,00	camp assegurada em	0 %
60	Monte Gato	Sado	174,34	0,06	9%	174,34	↔	Campilhas e Alto Sado	0,60	0,00	0,00	0,00	camp assegurada em	0 %
58	Monte de Rocha	Sado	116,77	8,32	8%	116,77	↔	Campilhas e Alto Sado	39,00	3,32	0,00	0,00	camp assegurada em	9 %
70	Odivelas	Sado	93,42	33,97	35%	92,49	↗	Odivelas	44,00	7,97	0,00	0,00	camp assegurada em	18 %
72	Pego do Altar	Sado	30,48	7,88	8%	30,48	↔	Vale do Sado	50,00	7,88	0,00	0,00	camp assegurada em	16 %
71	Roxo	Sado	128,01	24,46	25%	127,29	↗	Roxo	30,00	17,66	0,00	0,00	camp assegurada em	59 %
73	Vale do Gaio	Sado	23,30	7,67	12%	23,29	↗	Vale do Sado	35,00	7,67	0,00	0,00	camp assegurada em	22 %
62	Corte Brique	Mira	132,69	1,32	81%	132,67	↗	Mira	1,00	1,14	0,00	0,00	camp rega normal	100 %
69	Santa Clara	Mira	115,68	256,60	53%	115,74	↘	Mira	70,00	11,90	0,00	0,00	camp assegurada em	17 %
75	Abrilongo	Guadiana	242,12	2,78	14%	242,12	↔	Abrilongo		1,78				
116	Beliche	Guadiana	43,87	27,18	57%	44,08	↘	Sotavento Algarvio	19,00	26,78	0,00	0,00	camp rega normal	100 %
56	Caia	Guadiana	218,37	36,52	18%	218,34	↗	Caia	60,00	25,82	0,00	0,00	camp assegurada em	43 %
65	Lucefecit	Guadiana	174,20	1,92	19%	174,20	↔	Lucefecit	8,00	1,32	0,00	0,00	camp assegurada em	16 %
117	Odeleite	Guadiana	43,89	83,71	64%	44,09	↘	Sotavento Algarvio	35,00	70,71	0,00	0,00	camp rega normal	100 %
74	Vigia	Guadiana	213,53	2,44	15%	213,33	↗	Vigia	10,00	1,24	0,00	0,00	camp assegurada em	12 %
103	Bravura	Odeáxere	76,37	17,18	49%	76,43	↘	Alvor	10,00	14,62	0,00	0,00	camp rega normal	100 %
115	Arade (Silves)	Arade	46,31	8,78	31%	46,34	↘	Silves Lagoa e Portimão	15,00	7,14	0,00	0,00	camp assegurada em	48 %
120	Funcho	Arade	90,36	30,30	63%	90,37	↘	Silves Lagoa e Portimão		25,33				

Fonte: DGADR, no Sistema de Informação do Regadio em <http://sir.dgadr.gov.pt/reservas> (SIR, 2018)

Figura 25 - Evolução semanal percentual dos volumes armazenados úteis dos aproveitamentos hidroagrícola das bacias hidrográficas do Douro e Vouga; Tejo e Arnoia; Sado e Mira; Guadiana e ribeiras do Algarve.



Na tabela seguinte apresenta-se o **ponto de situação das albufeiras do Grupo IV dos perímetros hidroagrícolas monitorizadas pela DRAPN.**

Tabela 4 – Disponibilidade de água nas albufeiras dos aproveitamentos hidroagrícolas do Grupo IV monitorizados pela DRAPN a 2 de fevereiro de 2018.

Concelho	Albufeira	Cota atual	Armazenamento total					Armazenamento útil	
			Atual (hm³)	Leitura a 30 de novembro (hm³)	Variação (hm³)		% ao NPA	Vol. útil armaz. - hm³	% ao NPA
Alfândega da Fé	Camba	612,60	0,480	0,46	↑	0,020	32	0,45	30,2
Bragança	Gostei	748,20	0,360	0,36	↔	0,000	26	0,35	25,5
Vinhais	Prada	929,30	0,160	0,10	↑	0,060	64	0,15	61,9
Chaves	Curalha	402,80	0,450	0,45	↔	0,000	57	0,44	56,5
	Mairos	794,60	0,110	0,11	↔	0,000	30	0,10	28,0

(Fonte: DRAPN).

Na tabela seguinte, apresenta-se a percentagem de **água disponível relativamente à capacidade total das albufeiras do Grupo IV dos perímetros hidroagrícolas monitorizadas pela DRAPC.**

Tabela 5 - Disponibilidade de água nas albufeiras dos aproveitamentos hidroagrícolas tipo IV (31 de dezembro)

Concelho	Albufeira	% em relação à capacidade total
Anadia	Porcão	100
Castelo Branco	Magueija	100
Figueira de Castelo Rodrigo	Vermiosa	49
Mortágua	Macieira	80
Oliveira de Frades	Pereiras	30
Pinhel/Trancoso	Bouça-Cova	43
Sabugal	Alfaiates	17
Vila Velha de Ródão	Açafal	31
Vila Velha de Ródão	Coutada/Tamujais	59
Viseu	Calde	70

(Fonte: DRAP Centro)

6. Agricultura e Pecuária

Neste capítulo apresenta-se a evolução das atividades agrícolas no mês de janeiro, em termos qualitativos, com indicação também de alguns valores das variações de área semeada, de produtividade e de produção.

É de salientar que, para além do acompanhamento ano agrícola 2017/2018, apresenta-se, ainda, informação relativa à olivicultura, atividade da anterior campanha que ainda não terminou o balanço da sua produção.

I. Cereais de outono /inverno (2017/2018):

- No Norte, estão concluídas, embora com atraso, as sementeiras nas zonas de produção mais importantes, mantendo-se a tendência para uma diminuição das áreas destes cereais (mais significativa no centeio). A evolução das condições climáticas permitiu que o desenvolvimento destas culturas seja, agora, considerado normal para a época do ano.
- No Centro, apesar dos constrangimentos climáticos e com atrasos relativamente ao normal, as sementeiras estão, de um modo geral, concluídas. Na fase inicial a germinação foi irregular e o crescimento fraco, devido à pouca humidade que havia no solo, o que a pluviosidade entretanto ocorrida veio minimizar. Neste momento as searas apresentam um desenvolvimento vegetativo próximo do normal. As áreas ocupadas com estas culturas deverão ser idênticas às do ano anterior, com exceção da Cova da Beira onde se verifica uma diminuição;
- Em Lisboa e Vale do Tejo as searas apresentam um bom desenvolvimento vegetativo, povoamentos homogêneos e bom estado fitossanitário, encontrando-se as mais adiantadas em fase de afilhamento. Na zona da Lezíria do Tejo decorreram, ainda, sementeiras de trigo mole e também de alguma aveia. Comparativamente à campanha anterior, estima-se uma variação positiva, na ordem dos 10%, nas áreas semeadas de trigo mole, com exceção das zonas do Oeste e Península de Setúbal onde as estimativas são de diminuição;
- No Alentejo as áreas semeadas de cereais para grão são inferiores ao ano anterior, verificando-se um atraso no seu ciclo vegetativo. As germinações foram irregulares nas searas semeadas em outubro/início de novembro. Já as sementeiras efetuadas no fim novembro encontram-se com povoamentos regulares e com normal desenvolvimento vegetativo. Estima-se uma quebra de 10 a 20 % nas áreas de cereais em virtude não só da dificuldade de execução dos trabalhos de mobilização do solo para a sementeira, como do risco que representou a instalação destas culturas num quadro de escassez de precipitação, com índices de água no solo muito baixos;
- No Algarve, a germinação dos cereais semeados decorreu favoravelmente, embora com atraso. Perspetiva-se uma diminuição das áreas semeadas de cevada e de trigo e uma estabilização da área de aveia. Os cereais começam a apresentar a coloração verdejante característica desta época do ano;

II. Prados, pastagens permanentes e forragens (2017/2018):

- No litoral norte, muitos produtores já tiveram oportunidade de fazer um primeiro corte às forrageiras semeadas em setembro e início de outubro, começando assim a produção de silagem. A alimentação dos animais em pastoreio decorre dentro da normalidade face à abundância de matéria verde existente. No interior, a precipitação verificada foi favorável à revitalização dos prados e pastagens e ao desenvolvimento das culturas forrageiras de outono/inverno semeadas. As baixas temperaturas são agora o fator limitante para uma evolução mais rápida destas culturas. Em vários locais da região, ainda não existem disponibilidades hídricas suficientes para realizar a tradicional “*rega de lima*” dos lameiros.

Continua, por isso, a verificar-se o consumo dos alimentos grosseiros armazenados/comprados nas explorações e de concentrados para alimentação dos efetivos pecuários;

- No Centro os prados e pastagens beneficiaram de um modo geral com as condições climáticas ocorridas. Nas zonas do litoral, a alimentação animal é feita principalmente à base de massa verde proveniente dos cortes das forrageiras, dos prados e pastagens, mantendo-se na pecuária de leite os arraçoamentos adequados. Nas zonas de transição e interior, o crescimento vegetativo dos prados e pastagens é apenas inibido pelas baixas temperaturas, muito embora, existam zonas homogéneas, como a Beira Serra, Riba e Cimo Côa, onde o recurso a palhas, forragens e rações compradas ainda era muito usual;
- Em Lisboa e Vale do Tejo, os prados e as pastagens naturais de sequeiro beneficiaram com a precipitação ocorrida, que favoreceu o crescimento da erva. No entanto, as baixas temperaturas têm inibido o desenvolvimento vegetativo, pelo que os efetivos pecuários explorados em regime extensivo, nomeadamente as espécies de maior porte, continuam a ser suplementados com forragens conservadas em quantidades superiores ao que é normal neste período do ano. As áreas de forragens semeadas, nomeadamente as destinadas ao corte, apresentam um franco desenvolvimento. Em alguns locais já se iniciaram as operações de conservação da matéria verde em feno e silagem. Nos prados permanentes de regadio as espécies estão ainda em fase de repouso vegetativo;
- No Alentejo, face às quebras de produção verificadas nas culturas forrageiras, os efetivos pecuários estavam a ser suplementados com alimentos conservados (palhas e fenos) e concentrados (rações), uma vez que as necessidades forrageiras das diferentes espécies pecuárias não eram totalmente satisfeitas com o pastoreio. A demora verificada na sementeira de culturas forrageiras implica um atraso na disponibilização de alimento para pastoreio, conduzindo a um prolongamento do recurso a alimentos concentrados/conservados adquiridos, o que representa um acréscimo de custos significativo para as explorações pecuárias. A grande maioria das explorações agropecuárias tem as suas reservas de palhas e fenos esgotadas. As condições climáticas ocorridas no mês janeiro (frio e precipitação escassa) agravaram a situação das pastagens e forragens (semeadas/naturais) que apresentam um atraso no ciclo vegetativo para esta época do ano;
- No Algarve, a queda pluviométrica registada ao longo do mês, contribuiu para uma pequena melhoria no desenvolvimento das pastagens, permitindo a alimentação animal com base em matéria forrageira verde. A regeneração natural das pastagens de sequeiro permitiu o pastoreio dos animais, muito embora sendo insuficiente para a satisfação das suas necessidades. A precipitação ocorrida foi suave, possibilitando que a água se introduzisse no solo, sem grandes escoamentos superficiais, o que acabou por permitir o início de uma razoável germinação das pastagens de sequeiro bem como o início do seu crescimento natural. Nos concelhos do Sotavento Algarvio de Alcoutim e Castro Marim, e também em concelhos confinantes como o de Loulé (Ameixial), a germinação das pastagens naturais ainda não era visível, apresentando o solo uma nudez atípica para esta época do ano.

III. Culturas arbóreas e arbustivas (vinha, pomares e olival) (2016/2017 e 2017/18):

- No Norte os pomares de citrinos apresentavam bom aspeto, com muita fruta, embora com calibre inferior ao habitual (efeito das condições climáticas difíceis verificadas durante o verão), estimando-se assim quebras de produção, relativamente ao ano anterior. No que respeita ao olival, a produção global de azeitona, o rendimento e a qualidade do azeite produzido têm superado as expectativas em várias zonas de produção. Em alguns olivais do interior já se iniciaram

as podas. Relativamente às fruteiras de folhagem caduca, as baixas temperaturas e as geadas, foram positivas em termos do período de dormência vegetativa;

- No Centro a colheita da azeitona para azeite estava terminada, tendo-se registado produções superiores em relação ao ano anterior. Embora os frutos apresentassem menor calibre, em resultado da escassez de água, o azeite produzido é de muito boa qualidade, com uma proporção significativa a poder ser classificado de extra virgem (acidez <0.8°). O rendimento é bastante variável, mas a média das fundas ronda os 14%. Nas zonas atingidas pelos incêndios, a produção estará comprometida nos próximos anos. Os citrinos apresentavam, de um modo geral, uma qualidade idêntica à do ano anterior, embora os frutos exibam um calibre ligeiramente inferior, devido ao *stress* hídrico que as plantas sofreram durante o período estival. A quantidade por sua vez superava ligeiramente os valores do ano transato;
- Em Lisboa e Vale do Tejo a colheita da azeitona para azeite, estava concluída e as podas aproximavam-se do fim. Nesta campanha, a produção foi muito superior à do ano anterior, sobretudo devido à entrada em plena produção de olivais novos. As fundas também foram superiores (estimando-se uma média entre os 14 e os 16%) e a qualidade do azeite produzido é muito boa. O desenvolvimento vegetativo dos pomares de citrinos era normal e a presença de frutos regular. As condições de estado do tempo ocorridas, com poucas geadas e sem encharcamento dos solos, foram favoráveis à cultura, pelo que nesta altura se estima uma produção próxima da do ano anterior em termos de quantidade e superior em termos de qualidade;
- No Alentejo, a previsão aponta para um aumento da produção de azeitona entre os 20-30%, com rendimentos (funda) que atingiu valores médios dentro do padrão normal (17%). O azeite obtido apresenta boa qualidade;
- No Algarve, os pomares de citrinos revelavam um vigor vegetativo favorável. Nas cultivares de laranja temporã, como por exemplo na *Newhall*, estimam-se produtividades um pouco superiores às do ano transato, sobretudo porque muitos dos pomares jovens se apresentam agora na fase crescente do seu ciclo produtivo. A quantidade de fruta existente nas árvores era grande, mas os frutos apresentavam calibres ainda reduzidos, devido sobretudo à ausência de chuva num período extenso. A maturação já estava suficientemente avançada e o teor de açúcar era semelhante ao do ano anterior. A colheita e a comercialização estava a avançar a um bom ritmo. Estima-se que cerca de 40 a 45% da produção já esteja apanhada nesta altura do ano. A colheita das Clementinas, Mandarinas, Tangerinas e Clemenvillas estava bastante avançada. Ainda não se tinha iniciado a colheita da variedade Encore, para a qual são esperadas produtividades idênticas às do ano anterior. Já se iniciara a colheita das laranjas de “Meia-Estação” da variedade Lanelate, cujos calibres eram ainda reduzidos, embora tivessem registado uma ligeira melhoria. A produtividade nesta variedade deverá ser semelhante à da campanha anterior ou eventualmente registar um pequeno acréscimo. As variedades tardias apresentavam também um calibre diminuto. Relativamente ao olival, estima-se aumento médio de produção na ordem dos 340%, concluindo-se que se trata de um ano ótimo em termos de produtividade para a olivicultura regional.

IV. Abeberamento do gado (2017/2018):

- No Centro, o ligeiro aumento dos níveis de água existente nos reservatórios permitiu realizar o abeberamento animal sem dificuldades;
- Em Lisboa e Vale do Tejo, não se conheciam situações preocupantes em termos de disponibilidade de água para abeberamento de animais;
- No Alentejo os níveis de precipitação ocorridos permitiram uma melhoria da situação anteriormente reportada;

- No Algarve, ainda persistiam nos concelhos de Alcoutim e Castro Marim, situações de carência de água e consequente dificuldade no abeberamento dos efetivos animais.

7. Outras Informações

Neste capítulo do relatório de monitorização é incluída informação considerada relevante em função da situação de seca em presença, não enquadrável nos temas dos capítulos anteriores.

I. Disponibilidades hídricas

As disponibilidades hídricas armazenadas tanto nas albufeiras como nas águas subterrâneas no início do ano hidrológico 2017/2018 apresentavam valores inferiores à média, sendo que em algumas regiões apresentavam valores críticos próximos dos observados em 2004/2005 e em algumas bacias dos verificados em 1994/1995.

Embora os valores de precipitação observados durante o mês de dezembro tenham permitido alguma recuperação dos níveis armazenados nas albufeiras a norte do rio Tejo, os valores registados em janeiro, que se caracterizou como seco e quente, não foram suficientes para atingir níveis de armazenamento que garantam as necessidades para os usos existentes. Ao nível das águas subterrâneas continuou a verificar-se um agravamento da situação, não tendo havido recuperação de nenhuma massa de água.

Na albufeira do Monte da Rocha, na Bacia do Sado e sem ligação ao Alqueva, os volumes armazenados estavam extremamente baixos, mas permitiam garantir o abastecimento público nos próximos dois anos, no total de 3 hm³. Na figura seguinte é possível observar a comparação entre os volumes armazenados entre outubro 2017 e janeiro 2018 e a média, calculada para o período 1990/2018, que ilustra bem a situação crítica referida.

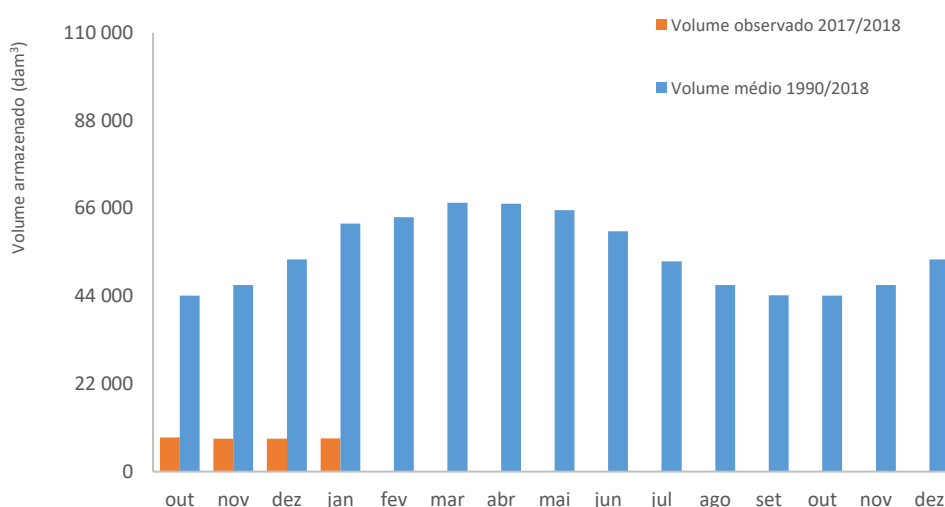


Figura 26 – Comparação entre os volumes armazenados entre outubro 2017 e janeiro 2018 e a média calculada para o período 1990/2018 na albufeira do Monte da Rocha (Fonte: APA).

Na zona do aproveitamento hidroagrícola do Alto Sado, abastecida pela albufeira do Monte da Rocha, estavam a ser regados 200 ha de olival dependentes desta albufeira, localizados fora da zona abrangida pelo sistema de Alqueva. Para regar estes 200 ha, para abeberamento, para abastecimento público e industrial e para outras pequenas utilizações estão a ser captados na albufeira do Monte da Rocha 100 L/s. Nesse sentido, e considerando que o volume morto é de 5hm³ o volume útil disponível a 31 de janeiro era de 3,334 hm³.

Na figura seguinte ilustra-se a estimativa de variação dos volumes observados atendendo aos consumos existentes e tendo por base um cenário conservador, ou seja, sem precipitação significativa.

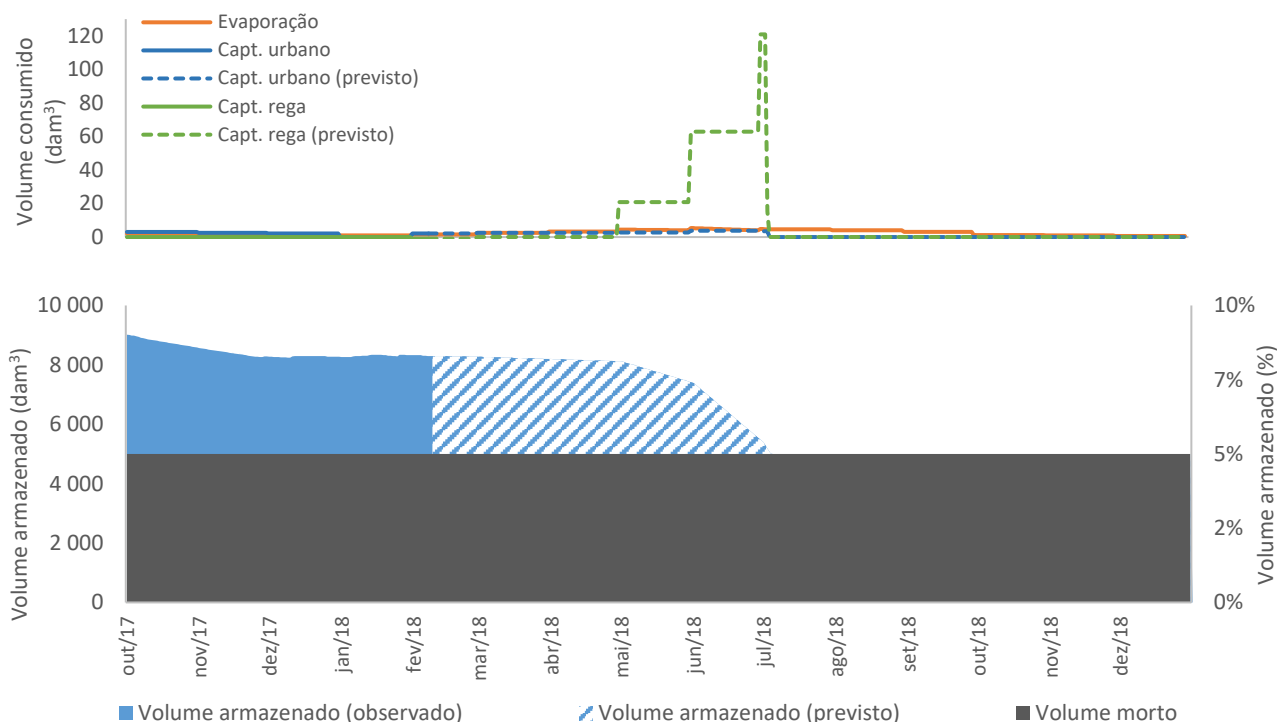


Figura 27 – Evolução prevista dos volumes armazenados na albufeira do Monte da Rocha considerando a estimativa dos consumos e evaporação até junho de 2018 (Cenário sem precipitação significativa até junho) (Fonte: APA).

Outra situação crítica e com dois usos associados é a albufeira da Vigia na Bacia do Sado. Também os níveis observados na albufeira da Vigia eram extremamente críticos. Na figura seguinte é possível observar a comparação entre os volumes armazenados entre outubro 2017 a janeiro de 2018 e a média, calculada para o período 2008-2017, que ilustra bem a situação crítica referida.

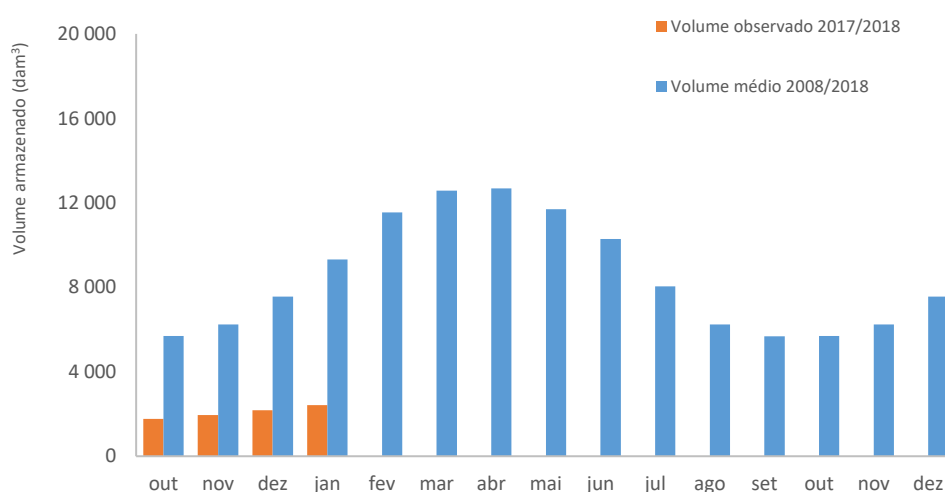


Figura 28 – Comparação entre os volumes armazenados entre outubro 2017 e janeiro 2018 e a média calculada para o período 2008/2017 na albufeira da Vigia (Fonte: APA).

Na figura seguinte ilustra-se a estimativa de variação dos volumes observados atendendo aos consumos existentes e tendo por base um cenário conservador, ou seja, sem precipitação significativa.

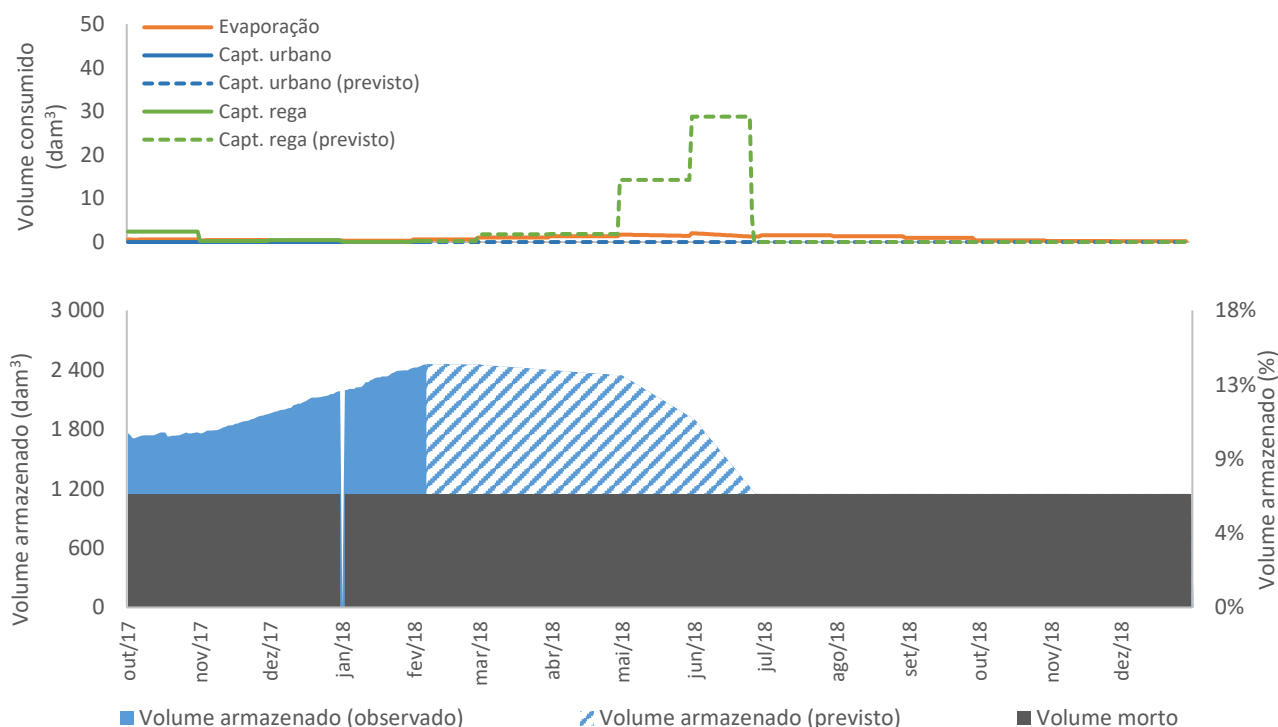


Figura 29 – Evolução prevista dos volumes armazenados na albufeira da Vigia considerando a estimativa dos consumos e evaporação até junho de 2018 (Cenário sem precipitação significativa até junho) (Fonte: APA).

A ligação da Vigia ao sistema Alqueva permitiu acomodar as duas utilizações mas foi necessário condicionar, por alguns períodos, a captação para rega.

Continuavam a ser realizadas avaliações diárias dos volumes armazenados, verificando-se uma subida, desde 20 de outubro, devido às transferências do Alqueva e à diminuição dos consumos na rega, muito embora os valores continuassem extremamente baixos, cerca de 2 376 000 m³, o que equivale a 1 230 000 m³ de volume útil, no dia 31 de janeiro mas, superior ao observado a 31 de dezembro.

Na bacia do Mondego a albufeira de Fagilde que abastece os concelhos de Viseu, Nelas, Mangualde e Penalva do Castelo, recuperou o volume total armazenado, acima da média, conforme ilustra a figura seguinte.

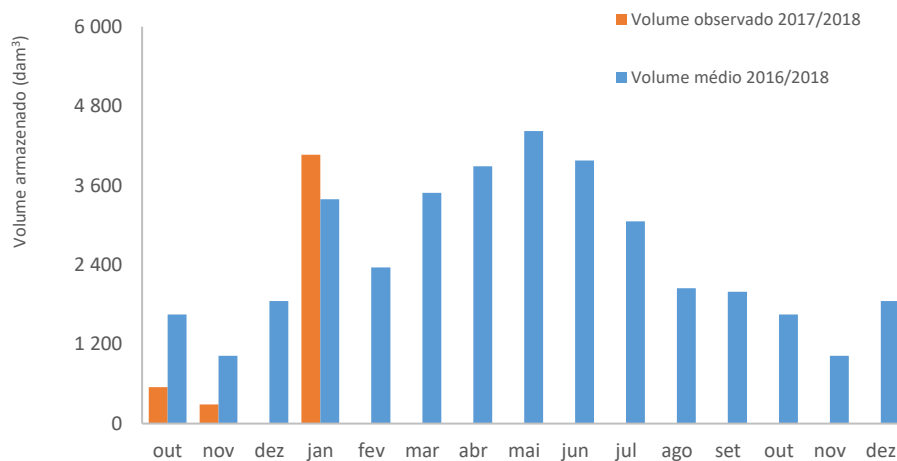


Figura 30 – Comparação entre os volumes armazenados entre outubro 2017 e janeiro 2018 e a média calculada para o período 2016/2017 na albufeira de Fagilde (Fonte: APA).

Os volumes necessários para um ano de abastecimento público são da ordem dos 7,8 m³ e albufeira tem uma capacidade à volta de 4 hm³, o que significa que existe sempre a necessidade de incluir origens complementares ao sistema de abastecimento. Na figura seguinte ilustra-se a estimativa de variação dos volumes observados atendendo aos consumos existentes e tendo por base um cenário conservador, ou seja, sem precipitação significativa.

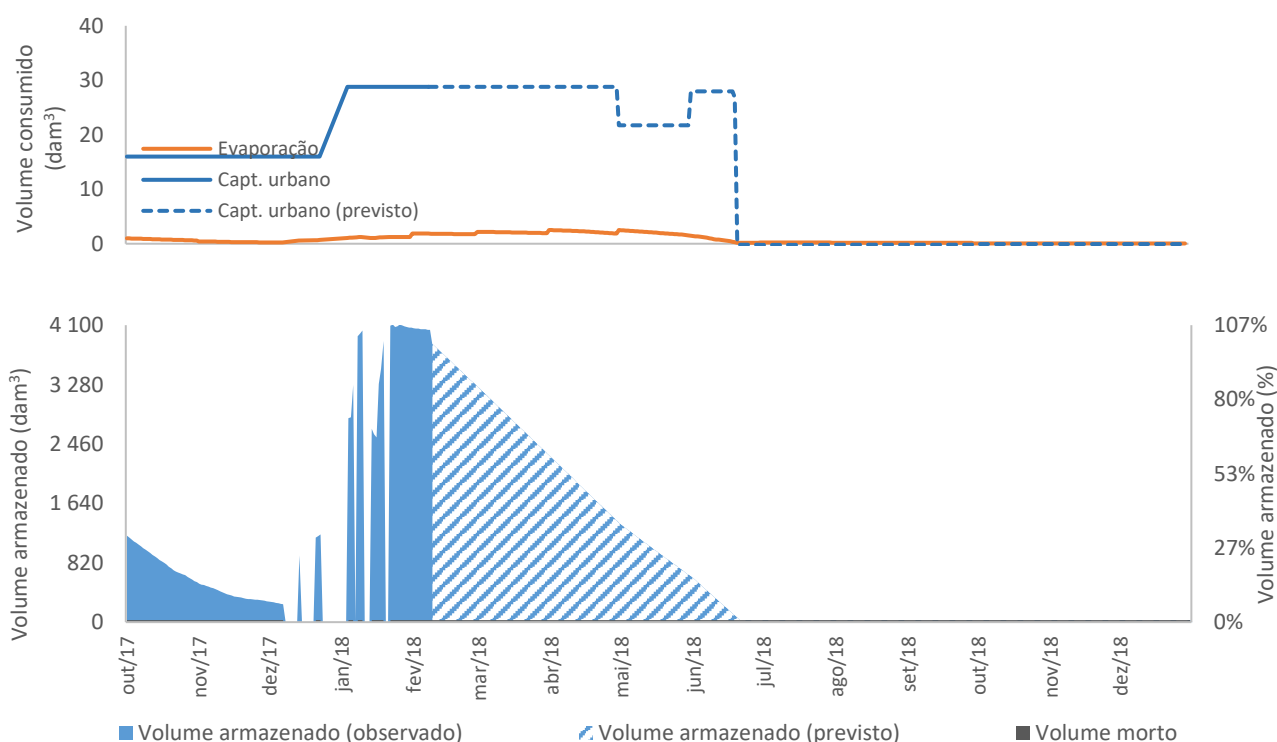


Figura 31 – Evolução prevista dos volumes armazenados na albufeira de Fagilde considerando a estimativa dos consumos e evaporação até janeiro 2018 (Cenário sem precipitação significativa até ao final do ano) (Fonte: APA).

São as seguintes as medidas que já foram implementadas e que permitem uma maior resiliência do sistema:

- A construção de uma nova captação subterrânea em Viseu;
- A construção de uma nova captação para o concelho de Nelas;
- O aproveitamento de águas residuais da ETAR de Viseu para usos não potáveis.

Foi também definido um plano, que integra diferentes alternativas para promover a resiliência de abastecimento, apresentado pelo SEAMB em dezembro 2017 e em avaliação pelas CM envolvidas.

A albufeira do Monte Novo apresentava também alguma criticidade atendendo a que os volumes armazenados já desceram 27%. Em janeiro foi retomada a ligação ao Alqueva. Acresce que a qualidade da água desta albufeira com níveis tão baixos apresentava problemas que dificultavam o tratamento da água para a rede de abastecimento.

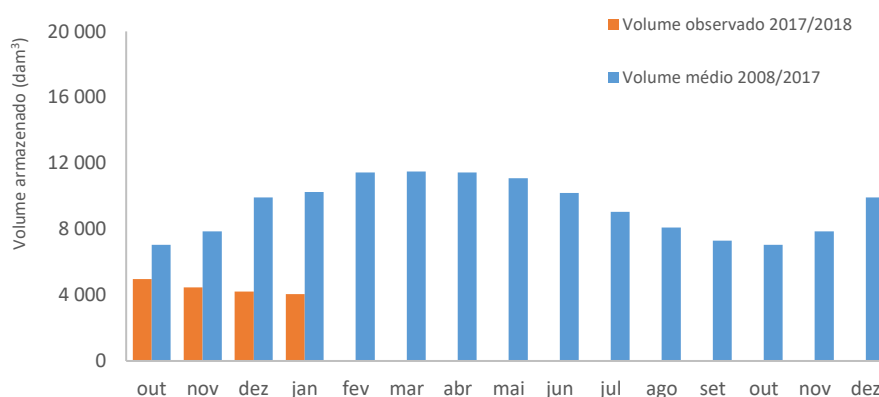


Figura 32 – Comparação entre os volumes armazenados entre outubro 2017 e janeiro 2018 e a média calculada para o período 2008-2017 na albufeira do Monte Novo (Fonte: APA).

Atendendo a que a situação da seca se mantém e com a diminuição dos volumes armazenadas, tanto nas albufeiras como nas águas subterrâneas, obriga a incrementar medidas de racionalização e de uma gestão com maior parcimónia da água.

Ao nível do licenciamento de novas captações, refere-se que entre 1 de outubro e 31 de janeiro de 2018 foram licenciadas cerca de 3 471 captações. Foi no Norte e no Tejo onde houve mais TURH emitidos em termos de captações superficiais durante o período considerado. Já em termos de captações subterrâneas, foi Norte e Centro onde houve mais TURH emitidos. Em termos de finalidades associadas às captações, cerca de 90% destinam-se à rega, pecuária e abeberamento de animais, podendo ter mais de uma finalidade associada.

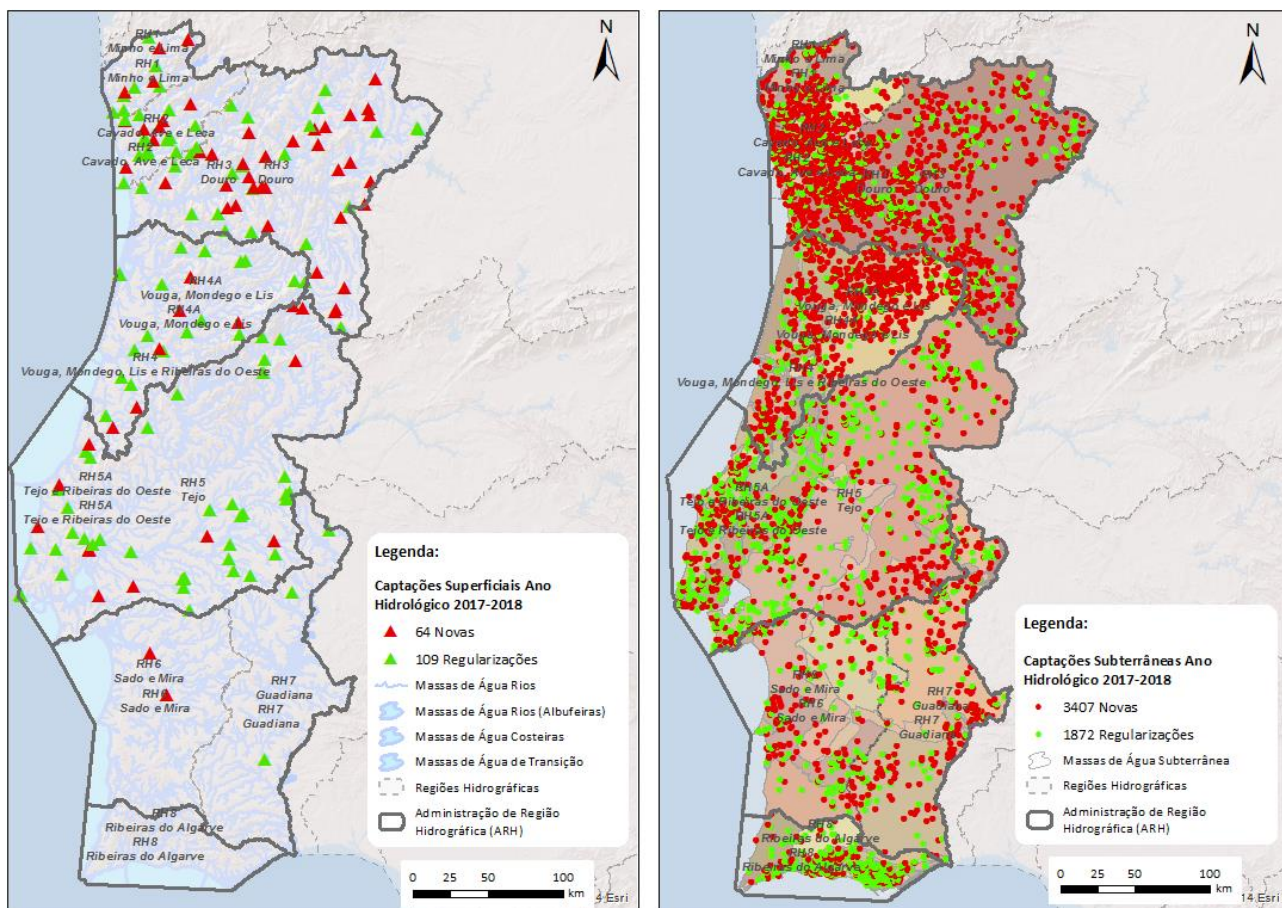


Figura 33 - Distribuição geográfica das captações superficiais e subterrâneas, com TURH-Título de Utilização dos Recursos Hídricos emitido entre 1 de outubro de 2017 a 31 de janeiro de 2018, distinguindo-se as captações novas (a vermelho) das situações de regularização (a verde) (Fonte: APA).

Para melhorar a qualidade e a disponibilidade de água em algumas das albufeiras foram definidas ações de limpeza e remoção de sedimentos em oito albufeiras, distribuídas de acordo com a figura seguinte. O volume de sedimentos a retirar estimou-se em 978 400 toneladas, com um custo previsto de 2,36 M€, financiado pelo Fundo Ambiental. As operações vão decorrer entre março a novembro 2018.



Figura 34 - Distribuição geográfica das albufeiras a intervir para melhorar a qualidade e as disponibilidades de água (Fonte: APA).

Na tabela seguinte resumem-se as intervenções e estimativas de custo associados a cada albufeira.

Albufeira	Intervenções	Investimento estimado (€)	Entidade Responsável Prazo de execução
Peneireiro	Limpeza das margens e do leito da albufeira do Peneireiro (a descoberto), incluindo a remoção de sedimentos e de vegetação	50 000	Águas do Norte Março a maio 2018
Pretarouca – 1ª fase	Remoção de sedimentos depositados no açude e a montante	40 000	Águas do Norte Março a maio 2018
Pretarouca – 2ª fase	Aumento de capacidade da albufeira de 3,2hm ³ para 4,2hm ³ Instalação de comportas hidropneumáticas no descarregador de cheias	1 200 000	Águas do Norte Abril a setembro 2018
Divor	Aumento da capacidade de armazenamento, facilitando a afluência dos caudais à albufeira, removendo os sedimentos acumulados nas zonas mais de montante da albufeira; Remoção dos sedimentos depositados (lodos e areias) que apresentam elevado teor de nutrientes; Recolha de amostras de sedimentos em todas as áreas a decapar em 3 locais para serem analisadas no Laboratório da APA; Retirada de sedimentos por método de ripagem / decapagem, com utilização de meios mecânicos (equipamento de rastos e camiões de transporte a curta distância) a disponibilizar pelo Exército; Controlo dos volumes/quantidades de sedimentos escoados para valorização agrícola.	320 000	Agência Portuguesa do Ambiente, através de um protocolo com o Exército Outubro a novembro 2018
Póvoa e Meadas	Desmatação e remoção de espécies arbustivas e desbaste de árvores infestantes nas margens	95 000	Águas do Vale do Tejo Março a maio 2018

Albufeira	Intervenções	Investimento estimado (€)	Entidade Responsável Prazo de execução
	da albufeira e na linha de água, visando a reposição da galeria ripícola; Desassoreamento localizado do leito da albufeira e respetivas margens, bem como de um pequeno troço da linha de água afluente; Tratamento e manutenção dos órgãos hidráulicos de adução existentes no troço até à ETA, numa extensão de cerca de 1000 m.		
Aç. Carvalho (Apartadura)	Desmatização, com corte de espécies arbustivas e arbóreas; Desassoreamento do leito e margens do curso de água; Tratamento e manutenção dos órgãos hidráulicos no troço de ligação até à barragem da Apartadura, numa extensão de cerca de 2.700 m.	100 000	Águas do Vale do Tejo Março a maio 2018
Pego Altar (braços norte e nascente da albufeira)	Remoção dos sedimentos depositados (lodos e areias) que apresentam elevado teor de nutrientes; Recolha de amostras de sedimentos em todas as áreas a decapar em 6 locais para serem analisadas no Laboratório da APA; Retirada de sedimentos por método de ripagem / decapagem, com utilização de meios mecânicos (equipamento de rastos e camiões de transporte a curta distância) a operar pelo Exército Português; Controlo dos volumes/quantidades de sedimentos escoados para valorização agrícola.	1 395 000	Agência Portuguesa do Ambiente, através de um protocolo com o Exército Março a Junho 2018
Roxo	Decapagem de sedimentos finos em zonas dos braços de montante da albufeira atualmente a descoberto, em particular nos das linhas de água que drenam Santa vitória, e Penedo Gordo num volume estimado de 15 000 toneladas; Construção de três travessões permeáveis e galgáveis para promover a deposição de sedimentos, designadamente nos braços que drenam Santa Vitória, Penedo Gordo e Beja, numa extensão total de 300m.	170 000	Águas Públicas do Alentejo Março a maio 2018
Monte da Rocha	Decapagem de sedimentos finos em zonas dos braços de montante da albufeira atualmente a descoberto, em particular no da linha de água que drena a vila de Ourique, num volume estimado de 20 000 toneladas; Construção de dois travessões permeáveis e galgáveis para promover a deposição de sedimentos, um em cada braço principal da albufeira, numa extensão total de 200m.	190 000	Águas Públicas do Alentejo Março a maio 2018

Mantém-se a necessária articulação entre os utilizadores (AdP, Associações de Regantes, EDIA) e as entidades da administração, nomeadamente, ICNF, APA, DGADR e DRAP, por forma a garantir a melhor gestão das situações mais preocupantes, assim como para serem assegurados os procedimentos mais adequados em todas as situações que vierem entretanto a registar evoluções negativas e que por isso apresentem riscos.

Face à situação atual, o recurso a novas captações deverá ser objeto de avaliação cuidada atendendo às disponibilidades hídricas e à sustentabilidade das utilizações existentes. Deve ser dada especial atenção às massas de água do litoral que se encontrem em situação crítica, por forma a evitar eventuais fenómenos de intrusão salina. Salienta-se ainda a necessidade de reforço das ações de fiscalização para verificação da existência de furos ilegais e do cumprimento dos títulos de utilização dos recursos hídricos.

Mantém-se a pertinência de promover a sensibilização da população para a racionalização dos consumos urbanos, bem como dos consumos agrícolas e industriais, fundamental para garantir um uso mais eficiente da água.

II. Medidas da CPPMAES

Apresentam-se a seguir as medidas de prevenção e contingência, incluindo medidas de regulação, a curto, médio e longo prazo, e medidas de mitigação dos efeitos da seca e de apoio aos setores afetados, propostas pelo GT e aprovadas pela Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (CPPMAES), na reunião realizada em 30 de outubro, já divulgadas nos últimos relatórios:

Medidas de Prevenção e Contingência, incluindo medidas de regulação, a curto prazo

1. Continuar a equacionar, até que haja reposição natural dos níveis de armazenamento nas albufeiras ou águas subterrâneas, a necessidade de implementar medidas temporárias de contingência na utilização dos recursos hídricos.
2. Continuar a acompanhar diariamente os níveis nas albufeiras identificadas como críticas e semanalmente nas albufeiras identificadas sob vigilância, promovendo reuniões das Subcomissões, no âmbito da Comissão de Gestão de Albufeiras, sempre que seja necessário e implementando as medidas de contingência que se revelem necessárias para garantir o uso racional da água disponível e garantir os usos prioritários.
3. Avaliar a possibilidade de incrementar a monitorização ao nível de barragens agrícolas de interesse coletivo local.
4. Continuar a licenciar novas captações subterrâneas de águas particulares apenas por autorização, nos termos previstos do n.º 4 do artigo 62.º da Lei da Água, devendo ainda aferir-se as disponibilidades existentes e a sustentabilidade de novas captações, atendendo aos níveis críticos em que se encontram as águas subterrâneas.
5. Não licenciar novas captações próprias em perímetros urbanos ou servidos pela rede pública de abastecimento, nem nas áreas abrangidas pelos aproveitamentos hidroagrícolas públicos, exceto se for declarado pelas associações de regantes a impossibilidade de satisfação de mais pedidos.
6. Continuar o esforço de fiscalização de captações ilegais em albufeiras com usos principais e da execução ilegal de captações de água subterrânea, nomeadamente em aquíferos mais vulneráveis em termos quantitativos e qualitativos, em particular nas zonas críticas e de vigilância identificadas.
7. Continuar a garantir que o abeberamento de animais através das albufeiras de águas públicas não é realizado diretamente na margem da albufeira, mas sim em pontos de água próximos ou através de cisternas.
8. Promover formas de utilização racional ao nível dos sectores do comércio e do turismo.
9. Continuar a implementar medidas de redução dos consumos urbanos, em todo o país, tais como:
 - a. Diminuir a rega dos jardins e hortas e respetiva prática em horários apropriados;
 - b. Restringir nas zonas críticas, o enchimento de piscinas individuais, lavagem de viaturas e logradouros;
 - c. Diminuir para rega de sobrevivência nas zonas verdes e em horários apropriados;

d. Encerrar fontes decorativas, quando não funcionem em circuito fechado.

10. Na atribuição de fundos comunitários a investimentos relacionados com a utilização da água, assegurar a utilização eficiente deste recurso pelos diversos setores de atividade, tendo presente a necessidade de reduzir perdas de água, nomeadamente, ao nível dos sistemas de distribuição.
11. Promover uma campanha de sensibilização para a necessidade do uso racional da água destinada à população em geral, a agentes económicos e entidades públicas, elaborada no seio do Grupo de Trabalho, com divulgação abrangente, incluindo os sítios da internet das entidades do grupo de trabalho e a utilização de meios de comunicação social, sem prejuízo da continuidade de outras ações de sensibilização.
12. Promover, conjuntamente com os organismos do Ambiente e Agricultura, a EDIA e os utilizadores, o planeamento das transferências do Alqueva para as albufeiras das bacias do Sado e Guadiana no ano hidrológico 2017/2018, de forma a tornar mais sustentável, económica e tecnicamente, estas transferências.
13. No âmbito da Comissão de Gestão de Albufeiras avaliar as necessidades de rega das culturas perenes (sobrevivência) no imediato, bem como promover o planeamento e acompanhamento das disponibilidades de água para o ano agrícola e hidrológico em curso, atendendo às disponibilidades existentes e aos cenários de previsão.
14. Promover, em articulação com as Câmaras Municipais e entidades gestoras dos sistemas de abastecimento, a implementação de medidas nas áreas ardidas que minimizem os efeitos na qualidade da água.
15. Reforçar a desinfeção dos depósitos públicos e particulares e os autotanques usados no abastecimento de água.
16. Ter disponíveis sistemas expeditos de desinfeção da água, para a desinfeção de novas origens que se coloquem em funcionamento, devendo realizar-se uma análise química sumária para avaliar a qualidade da água.

Medidas de Prevenção e Contingência, incluindo medidas de Regulação, a médio e longo prazo

17. Avaliar a possibilidade de promover a interligação de grandes barragens de maior capacidade hídrica e com albufeiras de maior capacidade de regularização, com as barragens e albufeiras de dimensão pequena a moderada e comprovadamente mais suscetíveis a períodos de seca prolongada, tendo em vista a densificação de pontos de água no território nacional e evitando-se a sobre-exploração dos aquíferos. A título de exemplo, a ligação do Alqueva ao Monte da Rocha e o aumento dos caudais afluentes do Alqueva à Vigia.
18. Avaliar a possibilidade de promover o aumento do armazenamento das barragens, complementando a necessidade de correção e melhoria de situações de índole estrutural e /ou hidráulico no âmbito do cumprimento do Regulamento de Segurança de Barragens, por pequenos alteamentos do nível de pleno armazenamento (NPA), com evidente vantagem técnico-económica. A subida do NPA possibilita o aumento da capacidade de armazenamento e portanto do efeito regularizador destas obras que são a única origem de água para grandes regadios e aproveitamentos hidráulicos de fins múltiplos. Desta forma contribui-se para uma maior resiliência e uma melhor resposta dos aproveitamentos hidráulicos e, designadamente, do regadio associado, às novas condicionantes climáticas. A título exemplificativo ilustra-se a Barragem do Lucefecit.
19. Avaliar as necessidades e possibilidade de construção de novas barragens - de dimensão criteriosa e moderada, mas necessariamente com capacidade de regularização interanual-, para incrementar as disponibilidades hídricas, aumentar a

resiliência em situações adversas e, assim, contribuir para o ordenamento e desenvolvimento territorial e combate à desertificação física e humana.

20. Rever, atualizando, o Programa Nacional de Utilização Eficiente da Água (PNUEA).
21. Promover a reutilização da água residual de origem urbana tratada, criando guias de utilização, bem como avaliando as possíveis utilizações atendendo às localizações das ETAR e dos locais onde pode ser reutilizada essa água.
22. Definir um Plano de Contingência, avaliando por Região Hidrográfica as disponibilidades hídricas versus as necessidades e as possíveis sinergias entre os diferentes sistemas de armazenamento de água, bem como a articulação a promover entre as diferentes utilizações nos sistemas identificados como mais críticos, e mapear as fontes alternativas de abastecimento de água em caso de emergência, tendo em conta uma avaliação de risco prévia.

Medidas de Mitigação e Apoio

23. Monitorizar as medidas de apoio aos agricultores tomadas no decurso de 2017 e continuar a acompanhar e avaliar medidas propostas pelos representantes do setor agrícola nomeadamente no quadro da Comissão Seca 2017.
24. Continuar a apoiar os agricultores na identificação de soluções eficientes para o abeberamento de animais, nomeadamente em pontos de água próximos ou através de cisternas, evitando o disseminar de novas captações.
25. Continuar a apoiar os agricultores no sentido de assegurar a alimentação animal, tendo presente a inexistência de disponibilidades ao nível dos prados, pastagens permanentes e forragens, e a necessidade crescente de recurso a alimentos compostos, em resultado do ano passado desfavorável e das condições meteorológicas e hidrológicas que se atravessam.
26. Divulgação junto dos setores de abastecimento público, agricultura e indústria do guia para a definição de planos de contingência e avaliação da pertinência de ser uma obrigatoriedade legal a existência destes planos de contingência ao nível municipal ou mesmo intermunicipal.

III. Medidas ao nível da atuação no seio do Grupo de Trabalho

O GT adotou, ainda, duas outras medidas relacionadas com a atividade do Grupo, que consequentemente não foram avaliadas pela Comissão e que são as seguintes:

27. Avaliar a pertinência de introdução de ajustamentos no Plano de Prevenção, Monitorização e Contingências para situações de seca a novas realidades que se verificam fruto das alterações climáticas, incluindo a implementação de novo índice Agrometeorológico pelo IPMA, complementar aos índices PDSI e SPI atualmente em monitorização. Este índice deve incidir sobre o estado da vegetação de forma a se obter a componente agrometeorológica na monitorização da seca agrícola.
28. Definir metodologias de avaliação dos custos associados a situações de seca nos diferentes sectores e no ambiente.

IV. Medidas de mitigação e apoio no setor agrícola

A Comissão de Acompanhamento da Seca 2017, criada pelo Despacho MAFDR n.º 6097/2017, de 22/06 no Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, tem como missão identificar os problemas, acompanhar a evolução da atual situação de seca em Portugal Continental, na sua dimensão agrícola, e a execução de medidas tendentes à minimização dos seus impactos negativos. Pressupõe o envolvimento das estruturas representativas dos setores agrícola e agroalimentar.

Apresentam-se as medidas definidas para a campanha agrícola 2016/17, bem como as que refletem um caráter de continuidade no atual ano agrícola, como:

- **Flexibilização das regras das Medidas Agro e Silvo-Ambientais: Ações 7.1 «Agricultura Biológica» e 7.2 «Produção Integrada»** - utilização de alimentos convencionais na alimentação de animais biológicos e suspensão de percentagem mínima anual de alimentos certificados em produção integrada e da alimentação (em matéria seca) que, numa base anual, teria de ser proveniente da própria unidade de produção
- **Greening**: regime de certificação ambiental para efeitos do Pedido Único de 2017
- **Programa de Desenvolvimento Rural 2014- 2020 (PDR 2020) - Operação 3.2.2 - «Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola»** (anteriores aberturas de candidaturas), e,
- **«Linha de crédito garantida para minimização dos efeitos da seca 2017 — Alimentação Animal»**

Medidas para Mitigação dos Efeitos da Seca 2017 no Setor Agrícola

Medidas
I - Antecipação de pagamento de ajudas – referentes ao Pedido Único 2017: Adiantamento até 70% dos regimes de pagamentos diretos listados no Anexo I do Regulamento (EU) n.º 1307/2013, nomeadamente, regime de pagamento base, pagamento redistributivo, pagamento para os jovens agricultores, pagamentos ligados e pequena agricultura O MAFDR ativou o pedido de autorização para a antecipação de pagamentos, começando por o GPP remeter, em 26/06, Carta e documento do IPMA à CE, invocando seca, temperaturas elevadas, ondas de calor, quebras de áreas e de produtividade em culturas agrícolas. Posteriormente, no Conselho Europeu de Ministros Agricultura de 17 e 18 de julho foi analisado o ponto de situação de seca em Portugal e Espanha. Foi aprovada Decisão de Execução C (2017) 5905 final, da Comissão, de 31 de agosto, a autorizar Bélgica, República Checa, Espanha, Itália, Letónia, Hungria, Polónia, Portugal e Finlândia a derrogar, relativamente ao exercício de 2017, o artigo 75º, n.º 1, terceiro parágrafo, do Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, no que se refere ao nível dos adiantamentos dos pagamentos diretos e das medidas de desenvolvimento rural relacionadas com as superfícies e com os animais. <u>O IFAP assegurou a operacionalização dos controlos regulamentares</u> e o calendário de pagamentos, em anexo, expressando este último o adiantamento efetuado a 30 de outubro de 70% para os regimes de pagamentos diretos assinalados.
II - Antecipação de pagamento de ajudas: Adiantamento do pagamento das Medidas Agroambientais e Medidas de Apoio às Regiões Desfavorecidas para efeitos do Pedido Único de 2017 Os procedimentos assumidos estão descritos na medida anterior. <u>A decisão nacional relativa a regimes de ajudas “superfícies” do Desenvolvimento Rural foi do adiantamento de 75%.</u>

Medidas

O IFAP assegurou a operacionalização dos controlos regulamentares e o calendário de pagamentos, em anexo, expressando este último o adiantamento efetuado a 30 de outubro de 70% para os regimes de ajudas “superfície” do desenvolvimento rural assinalados.

III - **Greening**: cumprimento da prática de diversificação de culturas para efeitos do Pedido Único de 2017

No âmbito do cumprimento da prática de diversificação de culturas, n.º 1 do artigo 21º da Portaria n.º 57/2015, considera-se que para este efeito devem ser aceites, entre 1 de maio e 31 de julho, áreas semeadas pelo agricultor em que a germinação foi insuficiente por razões que se prenderam com o défice hídrico, comprometendo a presença de vestígios das culturas nas parcelas, exigidos pela referida Portaria.

Por decisão do Sr. Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural essas circunstâncias deverão ser atendidas em sede de controlo *in loco*, devendo para o efeito os agricultores nessa situação comunicar o facto, por escrito, à autoridade competente, no prazo de 15 dias úteis, apresentando documentos de prova para que não sejam penalizados.

Nota: 15 dias úteis após o final do período de controlo (31/07) não houve comunicações escritas por parte dos agricultores a informar a não ocorrência da germinação das sementes por falta de água.

IV - **Greening**: pastoreio nas áreas de pousio no período de 1 de fevereiro a 31 de julho, para efeitos do Pedido Único de 2017

A importância de assegurar a alimentação animal em época de seca justifica que se permita o pastoreio nas áreas de pousio no período de 1 de fevereiro a 31 de julho. Esta possibilidade deve ser assegurada quer para efeitos da prática da diversificação de culturas, quer para efeito de contabilização como Superfícies de Interesse Ecológico. Assim, mesmo sendo pastoreado, o pousio deve ser contabilizado como uma cultura e não englobado na área forrageira.

GPP remeteu, em 26/06, Carta e documento do IPMA à CE, invocando seca, temperaturas elevadas, ondas de calor, quebras de áreas e de produtividade em culturas agrícolas e manutenção de grave crise no leite no caso da RA dos Açores. Foi solicitada autorização para aplicar uma derrogação que permita que os agricultores possam excecionalmente utilizar para pastoreio as parcelas de pousio declaradas no Pedido Único de 2017, para efeitos do cumprimento das práticas benéficas para o clima e ambiente, relativas à diversificação de culturas e de superfície de interesse ecológico, previstas nos artigos 44º e 46º do Regulamento (UE) n.º 1307/2013, no período de restrição previsto na legislação nacional, período esse que vigora entre 1 de fevereiro e 31 de julho.

A Comissão Europeia concretizou a necessária derrogação a aplicar a áreas formalmente reconhecidas como afetadas pela seca, onde existam efetivos pecuários. A Decisão de Execução da Comissão C(2017) 5807, de 28 de agosto, autoriza derrogações ao Regulamento (UE) n.º 1307/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho e ao Regulamento Delegado (UE) n.º 639/2014 da Comissão no que diz respeito à aplicação de determinadas condições relativas ao pagamento por ecologização, referente aos exercícios de 2016 e 2017, na Bélgica, em Espanha, em França, em Itália, no Luxemburgo, na Áustria e em **Portugal**.

Nota: A definição dos elementos a incluir na notificação da decisão do país a fazer à Comissão Europeia, como a data em que a assumiu, o nível de aplicação para cada obrigação derogada, as áreas afetadas pela seca e o cálculo ou a estimativa da área de que beneficiará cada derrogação, incluindo os respetivos métodos aplicados foi efetuada em estreita colaboração entre o GPP e o IFAP, tendo o GPP notificado os serviços da DG AGRI da Comissão Europeia no dia 28/09/2017.

V - **Flexibilização das regras das Medidas Agro e Silvo-Ambientais: Ações 7.1 «Agricultura Biológica», 7.2 «Produção Integrada», 7.4 «Conservação do solo» e 7.5 «Uso eficiente da água» - incumprimento de área mínima das culturas de primavera/verão exigida nos critérios de elegibilidade ou germinação e desenvolvimento das mesmas significativamente afetado**

A legislação das ações em causa prevê que, em caso de força maior ou circunstância excecional, se os agricultores se viram impossibilitados de realizar a sementeira de qualquer cultura de primavera/verão, pondo eventualmente em causa a manutenção do compromisso de cumprimento de área mínima exigida nos critérios de elegibilidade de cada

Medidas

uma das Ações, ou, tendo procedido à sementeira, a germinação e o desenvolvimento da cultura foi significativamente afetado (neste ano por indisponibilidade de água), possam comunicar a situação ao IFAP, no prazo de 15 dias úteis, por escrito e apresentando documentos de prova, de modo a não serem penalizados em sede de controlo de campo.

Os pedidos deferidos conduzem à situação em que o beneficiário não recebe o pagamento relativo ao ano mas não é penalizado por quebra de compromisso ou em que o grupo de pagamento é ajustado sem sanções nem penalizações (os agricultores que declararam culturas semeadas ou regadas e que, por falta de água, não conseguiram fazer a sementeira ou a rega, devem fazer a alteração da ocupação cultural e/ou regime de rega, para pousio/forrageira temporária ou para sequeiro, sendo o grupo de pagamento ajustado à alteração comunicada).

VI - Flexibilização das regras das Medidas Agro e Silvo-Ambientais: Ações 7.1 «Agricultura Biológica» e 7.2 «Produção Integrada» - utilização de alimentos convencionais na alimentação de animais biológicos e suspensão de percentagem mínima anual de alimentos certificados em produção integrada e da alimentação (em matéria seca) que, numa base anual, teria de ser proveniente da própria unidade de produção

«**Agricultura Biológica**» - A Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) emitiu Nota com procedimentos para o operador, ou quem o represente, dirigisse um requerimento ao Diretor da DGADR, indicando que pretendia solicitar autorização para utilização de alimentos convencionais na alimentação de animais biológicos, ao abrigo da alínea c) do artigo 47º do Reg. (CE) n.º 889/2008 da Comissão. Perante uma situação declarada de seca ou de ocorrência de incêndios, conforme disposto no n.º 1 e na alínea f) do n.º 2 do artigo 22º do Reg. (CE) n.º 834/2007 do Conselho de 28 de Junho (derrogação das regras de produção em Produção Biológica) podem ser previstas medidas temporárias de isenção às regras de produção para permitir a continuação da produção biológica.

«**Produção Integrada**» - Despacho Conjunto nº1/2017 da DGADR e da DGAV, de 25 de julho, decidindo que, face à atual situação de seca em Portugal Continental, fica temporariamente suspensa a aplicação da percentagem mínima anual de alimentos certificados em produção integrada (em matéria seca) a utilizar em Produção Integrada Animal e a percentagem mínima da alimentação (em matéria seca) que, numa base anual, teria de ser proveniente da própria unidade de produção, condições que se encontram previstas nas alíneas v) e vi) do ponto 5.3 das Normas de Produção Integrada Animal.

VII - Condicionalidade - Exceção ao cumprimento da Norma BCAA 4 - «Cobertura da Parcela» para efeitos do Pedido Único de 2017

No âmbito da condicionalidade, regulada, a nível nacional, pelo despacho normativo n.º 6/2015, de 20 de fevereiro, alterado pelos Despachos Normativos n.ºs 16/2015, de 25 agosto, 1-B/2016, de 11 fevereiro, 4/2016, de 9 maio, e 15-B/2016, de 29 dezembro, a norma das boas condições agrícolas e ambientais das terras (BCAA) 4, «Cobertura mínima dos solos», estabelece, no n.º 1, que as parcelas de superfície agrícola devem apresentar uma vegetação de cobertura instalada ou espontânea no período entre 15 de novembro e 1 de março.

No n.º 2 do referido preceito preveem -se, contudo, diversas situações em que se exceciona a aplicação da norma «Cobertura da parcela» do n.º 1, designadamente as relativas a parcelas sujeitas a trabalhos de preparação do solo para instalação de culturas.

Colocou-se a necessidade de os agricultores que tivessem efetuado a mobilização do solo para preparação das culturas de primavera/verão no período compreendido entre 15 de novembro e 1 de março e não tivessem conseguido proceder à respetiva instalação devido à ausência de precipitação atmosférica, ficarem acautelados de prejuízos na atribuição de ajudas pela aplicação de sanções administrativas, por motivos que não lhes eram imputáveis.

O Despacho Normativo n.º12/2017, de 12 de setembro, do Senhor MAFDR, estabelece um regime excecional de aplicação, em 2017, da norma das boas condições agrícolas e ambientais das terras (BCAA 4), prevista no Despacho Normativo n.º 6/2015, de 20 de fevereiro, alterado pelos Despachos Normativos n.ºs 16/2015, de 25 agosto, 1-B/2016,

Medidas

de 11 fevereiro, 4/2016, de 9 maio, e 15-B/2016, de 29 dezembro. Assim, a título excecional, no ano de 2017, consideram -se abrangidas pela alínea c) do n.º 2 da BCAA 4, «Cobertura mínima dos solos», constante do anexo III do Despacho Normativo n.º 6/2015, de 20 de fevereiro, alterado pelos Despachos Normativos n.ºs 16/2015, de 25 agosto, 1-B/2016, de 11 fevereiro, 4/2016, de 9 maio, e 15-B/2016, de 29 dezembro, as parcelas sujeitas a trabalhos de preparação do solo em que a instalação de culturas não tenha sido possível devido a uma situação de seca.

VIII - Programa de Desenvolvimento Rural 2014- 2020 (PDR 2020) - Operação 3.2.2 - «Pequenos Investimentos na Exploração Agrícola»

Através do Despacho do Senhor Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural n.º 6399/2017 é reconhecida a existência “de uma situação de seca severa (agrometeorológica) no território continental, desde o dia 30 de junho de 2017, que consubstancia um fenómeno climático adverso, com repercussões negativas na atividade agrícola”.

A Portaria n.º 213 – A/2017, de 19/07 (MAFDR), alterou a Portaria n.º 107/2015, de 13 de abril (MAM) que estabelece o regime de aplicação da operação 3.2.2, elevando o custo total elegível dos projetos de investimento de um valor inferior ou igual a 25 mil euros para 40 000 euros e adotando também como critério de elegibilidade a catástrofe natural.

A primeira abertura de apresentação de candidaturas para a Operação 3.2.2 ocorreu a 31 de julho, para o período de 31/07 a 29/09/2017, sendo as despesas elegíveis as inerentes a investimentos específicos em captação, distribuição e armazenamento de água, e a área geográfica elegível a dos distritos de Beja, Évora e Portalegre, que apresentavam todos os concelhos em seca severa ou extrema. O objetivo é a mitigação dos efeitos da seca severa e extrema enquanto fenómeno climático adverso, através do apoio a investimentos específicos nas explorações agrícolas em que a escassez de água comprometa o manejo do efetivo pecuário, em particular o seu abeberamento. A dotação orçamental para este Anúncio é de 2 milhões de euros.

Abriu novo período de candidaturas para a Operação 3.2.2, de natureza idêntica, de 14/08 a 16/10/2017, para os distritos de Castelo Branco, Guarda e Bragança, e para os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola e Santiago do Cacém, no distrito de Setúbal. A dotação orçamental para este Anúncio é de 1 milhão de euros.

Encontra-se a decorrer de 20/07 a 17/11/2017 novo período de candidaturas para os concelhos de Coruche e Chamusca, do distrito de Santarém, e Castro Marim, do distrito de Faro. A dotação orçamental para este Anúncio é de 300 mil euros.

IX – Reconhecimento de Organizações de Produtores (OP) sem mínimo de Valor de Produção Comercializada (VPC)

A Portaria n.º 169/2015 prevê uma exceção no reconhecimento de OP que não tenham conseguido atingir os mínimos do VPC por terem sido afetadas por fenómenos climáticos adversos, como a seca.

Para o efeito as OP têm que solicitar às Direções Regionais de Agricultura e Pescas a exceção, demonstrando a perda de rendimento devido à seca.

X – Orientações ao setor apícola para atuação em situação de carência alimentar

A Direção-Geral de Alimentação e Veterinária formulou um conjunto de orientações, que os serviços regionais divulgaram junto das associações de apicultores, relativas a promover a transumância para zonas vizinhas com recursos florísticos, na sua impossibilidade a preparação de alimentos artificiais, e a colocação de bebedouros face à carência de alimentação e de água para as abelhas em consequência da seca, tendo para o efeito concebido um folheto, em anexo.

Medidas

XI – «Linha de crédito garantida para minimização dos efeitos da seca 2017 — Alimentação Animal»

Legislação: Portaria n.º 330-A/2017, de 31 de outubro, Ministérios das Finanças e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

Linha de crédito garantida destinada a apoiar necessidades de tesouraria, dirigida aos operadores de produção animal, que exerçam as atividades de bovinicultura, caprinicultura, ovinicultura, equinicultura, asininocultura, suinicultura em regime extensivo e apicultura, com vista a compensar o aumento dos custos de produção resultantes da seca, nomeadamente os custos relativos à alimentação animal devido à escassez de pastagens e forragens e de algumas espécies vegetais.

Montante global do crédito - 5 milhões de euros

Montante Individual do Crédito: €180, por fêmea das espécies bovina, equina e asinina, como idade superior a 24 meses; € 40, por fêmea das espécies ovina e caprina, com idade superior a 12 meses; €120, por fêmea reprodutora da espécie suína, em regime extensivo; € 5 por colmeia.

Auxílio de Estado, concedido de acordo com as condições previstas no Regulamento (UE) n.º 1408/2013, da Comissão, de 18 de dezembro de 2013, relativo à aplicação dos artigos 107.º e 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia aos auxílios de minimis. O montante máximo de crédito garantido, por beneficiário, não poderá ultrapassar 15 000 euros (quinze mil euros), expressos em equivalente subvenção bruto.

XII - *Greening*: regime de certificação ambiental para efeitos do Pedido Único de 2017

No âmbito do regime de certificação ambiental relativo ao Pedido Único de 2017, caso o produtor de milho não consiga cumprir a obrigação de efetuar a sementeira da cultura de cobertura até dia 31 de outubro, deve comunicar por escrito ao IFAP e ao Organismo de Certificação, até dia 22 de novembro de 2017, essa impossibilidade de efetuar a sementeira dentro do prazo estipulado, alegando uma situação de força maior e circunstâncias excecionais. Neste sentido é utilizado um procedimento ao abrigo da alínea c) do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho. O IFAP fará uma verificação no terreno até 15/03/2018.

ANEXOS

Anexo I - Variação da Área Cultivada em relação à campanha anterior (%) - Campanha 2017/2018

Culturas	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARVE
Culturas forrageiras					
Milho					
Sorgo					
Azevém				-13 a 0	
Consociações					
Leguminosas		-5 a 0			
Prados temporários		-5 a +50			
Pastagens permanentes					
Cereais outono/inverno:					
Trigo mole	-35 a 0	-50 a 0	-20 a +10	-14	-15 a -10
Trigo duro				-15	
Triticale		-20 a 0	-10 a 0	-10	-15 a -10
Aveia	-30 a 0	-10 a 0	-20 a 0	-20 a 0	-5
Centeio	-40 a 0	-20 a 0		-18	-15 a -20
Cevada	-5 a 0	-20 a 0		-9	-15 a -10

Fonte: Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Anexo II - Variação da Produção em relação à campanha anterior (%) - Campanha 2016/2017 e 2017/18

Culturas	NORTE	CENTRO	LVT	ALENTEJO	ALGARVE
Cereais outono/inverno:					
Aveia	0*	0*	n.d.	0*	0*
Culturas Permanentes					
Laranja					+2
Azeitona de mesa	-40 a +30		-		
Azeitona para azeite	-15 a +1120	-15 a +150	+30 a +80	+20	+232 a +982

Fonte: Direções Regionais de Agricultura e Pescas (DRAP)

Nota: n.d. – não disponível

* - Produtividade (campanha 2017/2018)

Necessidades das abelhas em caso de adversidades!

Realizar a transumância para zonas vizinhas que tenham floração. Fazendo-se acompanhar pelo modelo 488/DGAV - Comunicação de deslocação de apiários.

Monitorizar os ninhos para avaliar o estado das colmeias.

Colocar bebedouros em zonas com ausência de fontes de água perto do apiário.

Na impossibilidade de efetuar a transumância, devemos preparar um xarope de açúcar na proporção de 1l de água para 2kg de açúcar. Nesta fase, as colmeias irão precisar de glicídios para se manterem.

Na fase de primavera, quando surgir a primeira criação, ao xarope anteriormente mencionado, poderá adicionar-se uma fonte de proteína para ajudar no crescimento das larvas/ninfas (ou seja, a criação). Como fonte de proteína poderão ser utilizadas a levedura de cerveja, a farinha de soja, etc.

Cuidado para não deixar caramelizar o açúcar, pois torna-se indigesto e tóxico para as abelhas. A fermentação do xarope também pode afectar as abelhas.

O xarope deverá ser colocado ao final do dia em cada colmeia, nos alimentadores.

Não se deve usar leite em pó devido à presença de lactose, pois a sua conversão dá origem à galactose que é tóxica para as abelhas.

Como alimentadores, também poderão ser usados caixas de plástico ou alumínio, ou ainda outros. Perfurar cerca de 5 buracos no centro da tampa ou do recipiente e colocar em cima do buraco da prancheta, de forma a facilitar o contacto com as abelhas.

